PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL

PROGRAMA DE GOVERNO

PROFESSOR MAX - Prefeito
CIRO SALES - Vice

Itabuna
2020

APRESENTAÇÃO

mais democracia

Nosso Plano de Governo reúne as propostas de políticas públicas elaboradas por aquelas e aqueles que se dedicam a lutar por uma vida mais livre, solidária e feliz. Trata-se de um trabalho em aberto e em permanente produção. Convidamos todas e todos a enviarem suas colaborações para o email: programamovimentoitabuna@gmail.com. Queremos construir nosso programa junto com você. Nosso objetivo é superar o atual modelo de cidade, baseado na destruição ambiental, na desigualdade social, na concentração de riqueza, no patrimonialismo, no racismo, no machismo, na homo/lesbo/bi/transfobia e no fundamentalismo religioso. O presente documento apresenta uma plataforma de ações, ampla e transversal às políticas setoriais, para garantir a participação popular, promover a justiça socioambiental e defender as liberdades daqueles que são oprimidos em razão de sua classe, gênero, raça, idade, sexualidade, religião, corpo ou cultura. Acreditamos, assim, que outra cidade é possível!

Desde a década de 1960 a população brasileira passou a ser majoritariamente urbana. Hoje o país está entre os mais urbanizados do mundo, com em torno de 80% dos habitantes morando nas cerca de 5,5 mil cidades brasileiras. Contudo, nos últimos anos, as questões relacionadas à cidade ganharam ainda mais importância: a partir de 2008, pela primeira vez na história, a população urbana do mundo ultrapassa a rural. Vivemos os primeiros anos da Era da Cidade. E a transição é mais drástica nos países do hemisfério Sul: nas próximas décadas, suas cidades devem absorver cerca de 95% do aumento populacional do planeta. A vida urbana tende a se precarizar ainda mais, agravando antigos problemas e gerando novas tensões. Por isso, o nosso futuro passa pelas ruelas, avenidas, subúrbios, condomínios e favelas dessas cidades.Neste sentido, Itabuna é emblemática por ter se transformado em um laboratório da cidade-negócio, em que o serviço público vira mercadoria e o planejamento municipal é submetido aos interesses de um pequeno grupo de corporações: o objetivo é converter o espaço urbano em uma arena de oportunidades de negócios, onde o lucro está acima do bem-estar da maioria da população. Com isso o direito à cidade é negado para a maior parte dos itabunense. E isso se reflete nos indicadores sociais. Estudos do Ministério da Justiça (MJ) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgados em 2018, indicam que o jovem que vive nas grandes metrópoles do País está menos exposto à violência do que aquele que reside em cidades menores. Ainda segundo a pesquisa realizada em 266 municípios com mais de 100 mil habitantes, Itabuna (BA) lidera o ranking da violência contra jovens, seguida de Marabá (PA), Foz do Iguaçu (PR), Camaçari (BA), Governador Valadares (MG), Cabo de Santo Agostinho (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Teixeira de Freitas (BA), Serra (ES) e Linhares (ES), consideradas as 10 cidades onde os jovens brasileiros estão mais expostos à criminalidade. Acima de tudo, esse modelo de cidade gera impactos ambientais que tem como consequência a ampliação de velhas desigualdades sociais, bem como a criação de novas iniquidades urbanas.

Embora Itabuna seja conhecida por ser a terra de Jorge Amado e seu povo ser acolhedor, a cada dia que passa o custo de vida aumenta e a qualidade dos serviços públicos piora. Itabuna nos últimos 30 anos se tornou um lugar autoritário, caro, poluído, sem transparência pública e canais efetivos de participação popular. Um dado muito alarmante é que eramos a 3ª cidade mais importante economicamente da Bahia é hoje somos a 8ª com mais algumas cidades se aproximando do nosso PIB. Não queremos que as pessoas se mudem. Queremos que elas possam mudar a cidade.

Hoje são muitos os itabunenses que cotidianamente sofrem violações a seus direitos mais básicos, especialmente aqueles que vivem nos bairros populares ou nas favelas . A cidade descarta, assim, a parcela da população que não interessa ao mercado. Os investimentos são bem vindos, mas a natureza da relação entre o poder público e o setor privado precisa ter como objetivo uma cidade mais justa, mais equilibrada e voltada para o bem estar das pessoas.

Defendemos o fortalecimento da democracia não somente nos gabinetes da prefeitura, mas em todos os espaços públicos, como escolas e hospitais, através da ampliação de mecanismos de acesso à informação, de consulta popular e de controle social nos processos de tomada de decisão. Precisamos escapar das formas domesticadas de participação. Desejamos uma democracia por inteiro, não pela metade. Mais do que uma reforma institucional, almejamos a transformação do poder e da forma de exercê-lo. Acima de tudo, acreditamos que governar não é dirigir. Governar é dar as condições para que as pessoas possam dirigir a si mesmas. As manifestações de junho de 2013 eclodiram principalmente nos grandes centros urbanos e mostraram como a qualidade de vida nas cidades está no centro dos debates. A revolta da população revelou o esgotamento deste modelo de cidade-negócio, em que o poder público não dialoga com os cidadãos e o dinheiro é mais livre do que as pessoas. Depois de muito tempo, a rua voltou a ser protagonista de mudanças e fez renascer a utopia de uma “vida sem catracas” – expressão utilizada pela nova geração política para denunciar a mercantilização que transforma a cidade em uma máquina de enriquecer poucos e exclui o povo da organização de sua própria experiência cotidiana da comunidade. Propomos que nossa cidade possa construir sonhos e resistências para que possamos construir uma cidade mais justa e humanizada. Precisamos ouvir as vozes das ruas e construir um novo modelo de governo com e para as pessoas. Para isso, o poder público não pode se comportar como um balcão de negócios. Ao contrário, deve funcionar como um instrumento de promoção do interesse público. Da arte ao lazer, da saúde à educação, da segurança à mobilidade, do esporte ao carnaval, nossa meta é trabalhar por uma cultura de direitos que nos permita superar o atual modelo de desenvolvimento e construir um novo futuro para o Itabuna.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

pelo direito à cidade

A democracia brasileira vive uma crise de representatividade provocada pelo crescente distanciamento entre o poder público e a sociedade civil. Esse esgotamento atinge todas as esferas da administração pública. Falta acesso à informação, controle social, e meios para que a população seja ouvida e participe das decisões de interesse público. Essas tensões e conflitos ficam mais evidentes nas cidades, porque é no espaço urbano que a maioria das pessoas de fato sente as consequências desses problemas. É no cotidiano da cidade que os resultados de muitas decisões públicas se materializam. Por isso, o debate politico contemporâneo não pode prescindir da discussão sobre o direito à cidade e a democratização da vida urbana: do orçamento público aos mecanismos de transparência, das políticas setoriais à gestão dos bairros, dos institutos de pesquisa às secretarias municipais, queremos transformar a forma de fazer política na cidade. As últimas gestões da Prefeitura causaram uma total destruição da capacidade de planejamento do município. Para recuperá-la, vamos adotar um plano baseado em três princípios: conhecimento da dinâmica socioespacial de cada zona da cidade; mobilização da sociedade civil para debater os principais problemas; e construção de um marco regulatório que garanta os instrumentos jurídicos, políticos e financeiros necessários para democratizar a administração pública grapiúna. Além de dispor de uma Universidade Federal, três Faculdades particulares e de um acúmulo histórico de estudos, Itabuna conta também com técnicos de carreira qualificados. E é a este patrimônio que precisamos recorrer para reorganizar nossos órgãos de planejamento e aprimorar os métodos de monitoramento dos indicadores, de elaboração das projeções e de integração dos diferentes setores da administração pública. É preciso envolver os centros de pesquisa (acionando toda a comunidade acadêmica: alunos, professores e funcionários) em uma política de recomposição da máquina pública do município, com ênfase na sistematização de dados e produção de modelos técnicos para a organização de mecanismos democráticos de gestão da máquina municipal. Queremos uma estrutura de governo que priorize a transparência pública e a participação popular, se oriente em torno de políticas de promoção da liberdade e da diversidade, e garanta um planejamento urbano atento à justiça socioambiental. Só assim conseguiremos democratizar a cidade e construir alternativas sustentáveis que respeitem a história de nossa cidade.

Prioridades e compromissos:

- ☼ **Promover a igualdade de gênero e o acesso igualitário de homens e mulheres à administração pública**, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas machistas, à violência de gênero e a todas as formas de discriminação contra a mulher;

- ☼ **Promover a igualdade racial e o acesso igualitário de todas as etnias à administração pública**, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas racistas, à violência racial e a todas as formas de discriminação contra qualquer etnia;

☼ **Promover os direitos LGBT e o acesso igualitário da população LGBT à administração pública**, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas lesbo/homo/bi/transfóbicas, à violência lesbo/homo/bi/ transfóbica e a todas as formas de discriminação contra a população LGBT;

☼ **Garantir a laicidade do Estado**, em todas as suas instâncias e, em particular, na educação pública, a não ingerência das igrejas nas políticas públicas, a liberdade de crença e de não-crença e o pleno exercício dos direitos de todas as comunidades religiosas, assim como dos ateus e agnósticos, sem discriminação ou privilégios de qualquer tipo;

☼ **Implementar um Plano Municipal de Políticas de Igualdade Racial,** garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

☼ **Implementar um Plano Municipal de Políticas Igualdade de Gênero,** garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

☼ **Implementar um Plano Municipal de Políticas LGBT,** garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

☼ **Implementar um Plano Municipal de Liberdade Religiosa,** garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

☼ **Implementar um Plano Municipal de Juventude**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

☼ **Promover os direitos das comunidades tradicionais e a valorização da sua memória**, combatendo o preconceito e a discriminação cultural;

☼ **Restabelecer a função social da propriedade como a diretriz fundamental do sistema de planejamento socioambiental do município,** cumprindo o disposto no Plano Diretor de Itabuna LEI 2.111 de 19 dezembo de 2008

☼ **Auditar a dívida pública do município** para analisar a legalidade dos empréstimos contraídos e examinar o impacto de médio e longo prazo dos contratos e convênios estipulados para sua consolidação, bem como a evolução dos desembolsos para o serviço da dívida;

☼ **Auditar os contratos e procedimentos operacionais de concessões municipais** que apresentem indícios de não cumprimento satisfatório das condições de legalidade, moralidade, razoabilidade, equilíbrio econômico-financeiro, eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos, em acordo com a Lei Federal 8.987/95 e a seção V da Lei Orgânica do Município;

☼ **Criar a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan)**, substituindo a de Governo, integrando sua estrutura diretamente às demais secretarias, com atribuições de produção e disseminação de dados sobre o município, de organização dos processos de participação popular e de planejamento socioambiental das diferentes zonas da cidade;

☼ **Reestruturar o organograma das secretarias da prefeitura** para otimizar o uso dos recursos públicos e garantir a integração dos órgãos estatais de forma que a execução das ações de governo nas diferentes regiões da cidade seja mais eficaz, eficiente e efetiva;

☼ **Garantir que cada secretaria da Prefeitura realize audiências públicas regulares para apresentar balanços semestrais** das ações implementadas e daquelas que estão em fase de estudos, incluindo a apresentação das verbas destinadas às secretarias e as aplicações feitas;

☼ **Implementar, em cada uma das 06 zonas da cidade, um conselho de moradores**, cuja principal atribuição será garantir o respeito à diversidade cultural do lugar, promover o protagonismo da população local na gestão pública, realizar reuniões abertas e consultas populares sobre os principais temas da região e elaborar, em conjunto com a SePlan, um plano regional de desenvolvimento urbano, integrando nessa escala as políticas de geração de emprego, distribuição de renda, preservação do meio ambiente, saneamento, energia, mobilidade, moradia, cultura, lazer, educação, saúde, assistência social e segurança pública;

- Cada conselho de morador será composto de 11 membros, garantida a paridade de gênero (com 05 vagas para os 05 homens mais votados, 05 vagas para as 05 mulheres mais votadas, e uma última vaga para o décimo primeiro mais votado). Serão realizadas eleições nas 06 zonas da cidade.

- Os membros dos conselhos serão moradores da região administrativa eleitos entre os moradores da mesma região administrativa para mandatos de 4 anos, sem reeleição;

☼ **Criar, reinstituir e/ou fortalecer os conselhos municipais de políticas públicas**, em especial, os conselhos de Defesa dos Direitos Humanos (CMDDH), de Juventude (COMJU), da Mulher (CMDM), dos Direitos da População LGBT (CMLGBT), de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE), de Defesa da Criança e do Adolescente (CMDCA), dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) e da Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (COMDEF), dando-lhes estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de promoção, garantia e defesa dos direitos e liberdades dessas populações;

☼ **Resgatar os programas setoriais aprovados pelos conselhos de políticas públicas nas conferencias municipais realizadas nos últimos anos**, visando uma sistematização do acúmulo de propostas formuladas, bem como incentivar a realização regular de novas conferências temáticas;

☼ **Planejar a implantação dos fundos municipais que ainda não foram totalmente implementados**, consolidar a legislação sobre esses fundos,

bem como os mecanismos para a divulgação e transparência dos recursos aplicados através deles;

☼ **Criar a Conferência grapiúna**, nos moldes de um fórum social urbano, que será realizada a cada dois anos, sob coordenação da SePlan, tendo como objetivo promover consultas populares (através de mecanismos como audiências, seminários, plebiscitos, referendos e enquetes) sobre os principais desafios do município, bem como deliberar as diretrizes do planejamento urbano da cidade, com base nos programas setoriais aprovados pelos conselhos de políticas públicas e nos planos regionais de desenvolvimento urbano aprovados pelos conselhos de moradores;

☼ **Criar uma plataforma digital (com aplicativo para celular) no formato de um Gabinete Virtual e adotar uma estratégia de transparência total**, garantindo acesso universal às informações técnicas, administrativas e orçamentárias da Prefeitura, maior publicidade para editais, contratos, leilões e outras formas de contratação, com transmissão ao vivo, via internet, dos ritos de abertura de envelopes e homologação de contratos, além de viabilizar um sistema interativo de comunicação entre os conselhos de políticas públicas e os conselhos de moradores, bem como garantir uma ouvidoria pública online de qualidade;

- **Garantir que as políticas de comunicação pensadas como ferramenta de gestão sejam não apenas de difusão (unidirecionais, uniformes e centralizadas), mas principalmente participativas (bidirecionais, adaptadas às diferentes realidades e descentralizadas)**;

☼ **Desenvolver um Programa Municipal de Orçamento Participativo**, sob coordenação da SePlan, cujo objetivo será realizar consultas públicas através da plataforma digital do Gabinete Virtual e organizar o debate orçamentário do município dentro dos conselhos de moradores (dimensão territorial), dos conselhos municipais de políticas públicas (dimensão setorial) e da Conferência Grapiúna (fórum geral);

☼ **Adotar licenças livres nos documentos e publicações do município**, e estabelecer ferramentas e práticas que facilitem o compartilhamento do conhecimento;

☼ **Adotar softwares livres em todas as áreas da administração municipal**;

☼ **Investir no uso de tecnologia de informação na gestão pública** visando aproveitar as imensas oportunidades geradas pela combinação de dispositivos de mobilidade (smartphones e Ipads), GPS e mapeamento para prover aos cidadãos itabunenses diversas funcionalidades de interesse público, inclusive fornecer mensagens de alertas e emergência em tempo real;

☼ **Elaborar novos indicadores sociais para ações públicas**, em conjunto com as universidades e instituições de pesquisa localizadas na cidade, buscando superar os indicadores tradicionais que não refletem as reais condições da população;

☼ **Estabelecer convênios com as universidades públicas e institutos de**

pesquisa localizados no município para garantir um programa de aperfeiçoamento profissional e desenvolvimento de métodos operacionais para a qualificação dos servidores públicos da Prefeitura e da Câmara Municipal;

☼ **Criar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano** com vistas a financiar projetos de requalificação de áreas degradadas, aquisição de áreas para implantação de equipamentos públicos, reforma e manutenção de mobiliário urbano, entre outras funções;

JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

ecologia urbana, soberania alimentar e direito dos animais

Nos últimos anos Itabuna tem sido palco de um modelo de desenvolvimento excludente e predatório que amplia as desigualdades socioeconômicas de sua população e produz impactos desastrosos sobre o meio ambiente, principalmente com a degradação e poluição do Rio Cachoeira. Já faz tempo que os empreendimentos realizados se caracterizam pela falta de transparência pública, pela ausência de participação popular e pela insustentabilidade ambiental, atrelados ao surgimento de bairros periféricos oriundos da população rural, onde a vassoura de bruxa que assolou toda região cacaueira causou um grande exodo rural. Podemos também observar que a política de saneamento ambiental do município do Itabuna é simplesmente pífia. De acordo com dados de 2018 do Ministério das Cidades, apenas 14% dos imóveis da cidade têm coleta de esgoto. Inclusive em decisão do juiz Ulysses Maynard Salgado, da 1ª Vara da Fazenda Pública, proferida em 16 de fevereiro de 2018 determinou a redução da alíquota de quem atualmente paga 70% sobre o valor da água consumida. De acordo com o Ministério Público, autora da ação contra a Emasa, apenas 4% do esgoto coletado na cidade é tratado e que, mesmo assim, em maio de 2017, a empresa aumentou a tarifa de coleta de esgoto. Por isso, diz o MP, a ação foi movida.

Enquanto isso, nos últimos anos o Projeto Minha Casa Minha Vida do governo federal, simplesmente colocou aproximadamente 6 mil famílias nas regiões periféricas da cidade sem que em contra partida fossem feitas melhorias para atender esta população marginalizada pelo poder público de nossa cidade. Ademais, hoje a violação aos direitos da maioria da população é a regra na cidade Itabuna. E a prefeitura tem responsabilidade sobre o problema. Um outro problema gravissimo esta relacionada às politicas de proteção aos animais, que é praticamente inexistente, onde o Centro de Zoonoses da cidade é uma piada municipal. Queremos alterar esse quadro apostando em um planejamento urbano que considere o papel do município de Itabuna dentro da dinâmica socioambiental do Território de Identidade Litoral sul. A cidade deve ser administrada a partir de um programa que contemple a relação entre os diferentes bairros, suas bases naturais, características sociais e memórias comunitárias. É necessário ter um plano integrado que respeite o meio ambiente, as culturas locais, a soberania alimentar e a matriz socioeconômica. Precisamos tornar Itabuna mais saudável e humanizada.

Prioridades e compromissos:

- **Instituir um Plano Municipal de Justiça Socioambiental**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

  - **Reestruturar a Secretaria Municipal Sustentabilidade Econômica e Meio Ambiente**, dando-lhe capacidade de produção de dados e garantindo sua participação nos processos de planejamento .

    Restauração ecológica de praças e a arborização urbana da cidade,

    - Criar o Plano Municipal da Mata Atlântica, com o objetivo de identificar, planejar e especificar os projetos, ações e medidas a serem adotadas visando a conservação e recuperação da Mata Atlântica, de maneira integrada às políticas sociais e ambientais vigentes no município;

    - Implantar o Plano Municipal de Arborização Urbana, com o objetivo de garantir uma política de arborização das calçadas, praças e parques, começando pelos bairros da periférias.

- **Combater as indústrias poluidoras e desmatadoras em geral, estabelecendo critérios rígidos de fiscalização e monitoramento dos impactos gerados por grandes empreendimentos poluidores** já existentes no município, garantindo metas claras de mitigação de impactos e compensação da população local;

- **Reformular os procedimentos de concessão de licenças ambientais buscando promover a participação efetiva das comunidades impactadas e obrigar o poder público a considerar os impactos cumulativos e sinergéticos dos projetos previstos em cada zona** a partir de avaliações ambientais estratégicas e de um novo zoneamento ecológico-econômico;

- **Criar programas que integrem as comunidades na preservação e recuperação ambiental** (tais como o gari comunitário, os guardiões de rios, os mutirões de reflorestamento e de limpeza, entre outros), valorizando a agricultura agroecológica;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de uma política de iluminação publica baseada em lâmpadas econômicas (LED)**, bem como realizar estudos para planejar a viabilidade de iluminação urbana por placa solar,

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano de remodelamento dos edifícios públicos da prefeitura para garantir o uso eficiente de recursos críticos (especialmente água e energia elétrica) e diminuir a produção de resíduos**;

- **Implementar uma política de incentivo fiscal aos edifícios privados que forem remodelados para garantir o uso eficiente de recursos críticos (especialmente água, gás e energia elétrica) e diminuir a produção de resíduos**;

- **Implementar uma política de incentivo fiscal aos imóveis privados que implementarem chuveiros inteligentes e privadas econômicas**;

- **Implementar o órgão gestor da política municipal ambiental**, LEI Nº 2.195, DE 27-06-2011 Estabelece a Política Ambiental e consolida a sua legislação mediante a instituição do Código Ambiental e do Equilíbrio Ecológico do Município de Itabuna

- **Garantir a inserção da educação ambiental na política educacional municipal como tema interdisciplinar,** presente nos projetos político-pedagógicos das escolas municipais;

- **Fortalecer o trabalho da defesa civil**, ampliando seu corpo técnico e sua estrutura para permitir uma maior capacidade de comunicação e interação com a população com vista a prevenção de acidentes;

- **Instituir um programa de assistência a vítimas de situações de emergência que redundem em ameaça à vida ou ao patrimônio das pessoas**;

- **Instituir um Plano Municipal de Recursos Hídricos,** garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

  - **Construir um plano municipal de despoluição da bacia hidrográfica do Rio Cachoeira**, em parceira com as prefeituras dos municípios que são banhados pela BRC, envolvendo as comunidades do entorno nas políticas de preservação e recuperação ambiental;

  - **Implementar os planos de preservação elaborados pelos comitês de bacia hidrográfica do Rio Cachoeira na cidade Itabuna**, visando o reflorestamento das áreas degradadas, a proteção dos mananciais e cursos d'água, a mitigação de riscos ambientais e o planejamento de situações de emergência;

  - **Implementar um programa de recuperação, conservação e uso sustentável dos ecossistemas aquáticos da cidade** (riachos e corregos), visando a integração com as ações definidas no Plano Municipal de Saneamento Ambiental, a limpeza (remoção de resíduos sólidos).

- **Melhorar o Plano Municipal de Saneamento Ambiental**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

  - **Criar uma Subsecretaria Municipal de Saneamento Ambiental**, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal Sustentabilidade econômica e Meio Ambiente e ao Gabinete do prefeito, com atribuições de produção de dados e participação nos processos de planejamento socioambiental;

  - **Reavaliar as ações do Conselho Municipal de Saneamento Ambiental**, dando-lhes estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de saneamento ambiental;

  - **Elaborar estudo da oferta de recursos hídricos para nortear o planejamento urbano**, considerando as previsões de mudanças climáticas e crescimento populacional;

  - **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva ampliação da rede de abastecimento de água** (distribuição e reservação), priorizando as áreas de baixa renda, até atingir a cobertura completa de todas as regiões da cidade;

  - **Reformar os equipamentos de reservação e distribuição da rede de abastecimento de água**, de forma a reduzir as perdas e aumentar a regularidade da distribuição;

  - **Criar mecanismos de combate ao desperdício e à desigualdade social no acesso à água**, como o aumento progressivo da tarifa de acordo com a finalidade do uso e da quantidade relativa utilizada;

  - **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do**

município, para a progressiva implementação de tarifa social para o consumo de água em áreas de baixa renda, associada a formalização das ligações de água clandestinas;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva ampliação da rede de coleta de esgotos**, priorizando as áreas de baixa renda (especialmente a os bairros mais periféricos), até atingir a cobertura completa de todas as regiões da cidade, preferencialmente de forma descentralizada, com aproveitamento das condições naturais do relevo, reduzindo custos de implantação e manutenção, e permitindo o uso de tecnologias como biossistemas;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação das ligações domiciliares à rede de coleta de esgoto pública**, através de ações de incentivo fiscal e fiscalização;
- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de estações de tratamento de esgoto**, preferencialmente reduzir custos de implantação e manutenção, permitindo o uso de tecnologias como biossistemas, e viabilizando o reuso da água tratada, quando for o caso;

- **Planejar uma política de fiscalização do tratamento primário do esgoto** no interior das residências, edifícios e condomínios particulares;

- **Investir em uma política de saneamento ambiental que integre o tratamento de lixo orgânico ao tratamento de esgotos**, através da utilização de biodigestores que, além de evitar mais poluição, geram energia para as próprias comunidades;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de uma política municipal de Lixo Zero baseada em coleta seletiva, reciclagem e compostagem**, voltada para a limpeza urbana e a destinação adequada dos resíduos sólidos da cidade;

- **Criação de um aterro sanitário**, garantindo a assim respeito ao meio ambiente e a digniddade das pessoas que hoje vivem em um lixão.

- **Promover a valorização dos catadores de resíduos sólidos** através de ações que visem a transformação dessa atividade em uma oportunidade digna de geração de renda, tais como capacitação técnica, fornecimento de equipamentos, apoio a formação de cooperativas, assistência social e educacional, e mecanismos de compensação e remuneração pelos serviços públicos prestados;

    - Contratar cooperativas por meio da lei federal 11.445/06 (PN Saneamento Básico) para a remuneração pelo serviço de coleta seletiva;

    - Criar lei municipal para priorizar a destinação remunerada dos resíduos recicláveis dos grandes geradores para as

cooperativas de catadores;

- Ampliar roteiros de coleta seletiva para regiões estratégicas da cidade;

- Realizar campanhas de sensibilização da população com acesso ao serviço de coleta seletiva;

- **Criar programas específicos de coleta seletiva e limpeza urbana nos bairros periféricos**, ampliando a abrangência e a capilaridade do serviço nestas áreas, por exemplo, através dos garis comunitários e da integração com o catadores locais;

- **Fomentar a implantação de indústrias de reciclagem e reaproveitamento de resíduos na cidade**, integrando-as às cooperativas de catadores e à EMASA, mediante incentivos fiscais, parcerias e convênios**;**

☼ **Instituir um Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional** garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

- **Criar um observatório para a Agricultura Familiar**, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Sustentabilidade Econômica e Meio Ambiente, para garantir políticas que viabilizem a organização de um quadro técnico e propiciem estrutura suficiente para atender às demandas dos agricultores familiares, com atribuições de produção de dados e participação nos processos de planejamento socioambiental da zona rural da cidade, em especial, no que se refere às políticas públicas de promoção, defesa e garantia da segurança alimentar e nutricional do município;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de políticas de transição para uma economia urbana agroecológica** (manejo em base ecológica, compras governamentais, acesso a mercados locais, organização comunitária, valorização dos saberes locais com promoção de intercâmbio, etc.), organizada horizontalmente com as entidades que atuam no setor;

- **Revisar o Plano Diretor de Itabuna para incluir as áreas agrícolas e rurais da cidade**.

- **Mapear a produção agrícola da cidade e as fontes externas de abastecimento, priorizando a articulação de uma rede municipal de agricultura familiar baseada na agroecologia**, incentivando pesquisas sobre produtos e técnicas utilizadas na produção dos alimentos e seus impactos sobre a saúde da população;

- **Promover programas de capacitação para o cultivo agroecológico de alimentos** com o objetivo de formar agentes que atuem em suas comunidades;

- **Promover políticas de incentivo à agricultura familiar baseada na agroecologia** (com foco na assistência técnica aos agricultores);

- **Promover políticas de incentivo às feiras, aos mercados e aos restaurantes populares**;

- **Promover políticas de incentivo aos estabelecimentos que comercializam alimentos orgânicos**;

- **Incentivar a organização e manutenção de hortas comunitárias (verticais e planas), baseadas em tecnologias agroecológicas, nos espaços urbanos e periurbanos ociosos do município**, inclusive com a cessão de terrenos públicos, na busca de promover a soberania alimentar da cidade;

    - Garantir que os alimentos cultivados nas hortas vão para as famílias que participam do projeto e o excedente seja comercializado com a população local, combatendo a fome de pessoas em risco social, dando oportunidade de agregação de renda às famílias e desenvolvendo hábitos alimentares saudáveis.

- **Implementar um sistema de fiscalização e monitoramento da qualidade dos alimentos oferecidos nas grandes feiras convencionais e nas redes de supermercado do município**, de forma a combater a presença produtos químicos em níveis acima dos parâmetros permitidos por lei;

- **Estabelecer metas, junto com as associações de produtores do município, via Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e a Secretaria de Sustentabiliade Econômica e Meio Ambiente, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de, no mínimo, uma feira, um mercado e um restaurante popular agroecológico.** (começando pelos bairros da zona norte e centro);

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que garanta que toda a comida servida nos postos de saúde, hospitais, abrigos do CRAS, Centro Pop, escolas e creches públicas da rede municipal seja produzida a partir dos princípios da agroecologia (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos), preferencialmente no município ou de cidades vizinhas**;

    - Estabelecer convênios com municípios do estado, em especial Buerarema, São José da Vitória, Barro Preto, Itapé, Ibicaraí, Floresta Azul, Itajuípe, Uruçuca e Ilhéus.

☼ **Instituir um Plano Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos dos Animais** garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

- **Criar a Subsecretaria Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos dos Animais**, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria de Sustentabiliade Econômica e Meio Ambiente, com atribuições de produção de dados e participação nos processos de planejamento socioambiental das diferentes regiões da cidade;

- **Garantir programas de castração móvel no município**, com consultórios volantes em complemento aos centros de esterilização gratuita, levando esse serviço a toda as regiões da cidade de forma planejada e crescente;

- **Proibir o uso de qualquer método para eutanásia de animais sadios ou com doenças tratáveis recolhidos em vias públicas**;

- **Planejar o progressivo banimento do uso de animais em veículos de tração e carga**, promovendo a capacitação dos trabalhadores de carroças e charretes e investindo na adoção de tecnologias de transporte que substituam os animais;

- **Criar um centro de esterilização**, qualificando sua infraestrutura e possibilitando a distribuição de materiais de higiene e saúde para os defensores dos animais;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a construção de um hospital veterinário público que prestam serviço de atendimento a emergências, doenças graves e outros tratamentos não disponíveis nas clínicas veterinárias privadas**;

- **Incentivar projetos de educação ambiental para a defesa dos direitos dos animais**, bem como campanhas de conscientização contra o abandono de animais, pela necessidade da castração e pela necessidade de se denunciar maus-tratos e abandono;

- **Criar programas de acolhimento de animais resgatados de abandono e maus-tratos**;

- **Criar projetos de assistência social, econômica e educacional ao segmento de protetores de animais em situação de vulnerabilidade**, principalmente nas favelas e em áreas próximas a unidades de conservação ambiental;

- **Fortalecer os projetos de pesquisa e de observação de animais em vida livre**;

- **Criar um sistema de informações voltado para o combate aos crimes contra os animais**.

TRABALHO DIGNO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

direito ao trabalho e justiça social

O município de Itabuna é historicamente uma cidade do trabalho, das trabalhadoras, dos trabalhadores e de suas lutas. Contudo, o poder público age como se esse grupo social, verdadeiro responsável pelo funcionamento da cidade, não tivesse direito a ela, sendo afastado dos processos de tomada de decisão. A cidade que queremos merece um projeto que possibilite o trabalho digno e decente para todos os cidadãos, levando em consideração as dimensões de classe, gênero, e raça. Itabuna precisa modificar seu modelo de desenvolvimento socioeconômico, no qual têm prevalecido os interesses de um pequeno cartel de empresários, em detrimento dos direitos da maioria da população. Está mais do que na hora de Itabuna apostar no fortalecimento da democracia para produzir estratégias inovadoras e construir um projeto alternativo de cidade. Para isso, é necessária a construção de um modelo de gestão que envolva diferentes categorias e garanta a promoção de direitos há muito reivindicados pelas trabalhadoras e trabalhadores. Queremos adotar um plano baseado em cinco princípios: transparência, participação, desburocratização, valorização e inclusão. Sonhamos, assim, com uma cidade que promova a distribuição de renda e reduza as desigualdades sociais.

Prioridades e compromissos:

- ☼ **Valorizar a criação de trabalhos dignos e decentes**, ou seja, aqueles adequadamente remunerados e em que os trabalhadores têm condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade;

- ☼ **Valorizar o servidor público**, por meio de capacitação, melhores condições de trabalho, ampliação do plano de carreira, elaboração de políticas contra assédio moral e sexual, redução dos cargos comissionados e realização de novos concursos públicos para contratação de pessoal;

- ☼ **Incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas com baixo impacto ambiental** como, por exemplo, a informática, a cultura e a pesquisa;

- ☼ **Criar o Conselho Municipal de Trabalho (COMUT)**, articulado aos conselhos de moradores e ao Programa Municipal de Orçamento Participativo, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas na área do trabalho e emprego de acordo com as necessidades de cada categoria e as particularidades de cada região da cidade, visando a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias;

- ☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para implementar um programa de crédito popular no qual trabalhadores autônomos e cooperativas terão prioridade, para apoiar o autoempreendimento**, dando o suporte necessário às pessoas que queiram empreender na cidade, sobretudo em se tratando de micro e pequenos negócios (incentivos fiscais, ampliação do SIMPLES, suporte técnico, formação e qualificação profissional, criação do 'poupa-tempo' do microempreendedor);

☼ **Criar Incubadoras de Cooperativas Municipais (InCoop)** para incentivar o surgimento e a manutenção de cooperativas (de trabalho, de produção, de comercialização, etc) que proporcionem meios de subsistência e renda para trabalhadores desempregados e que sejam capazes de estimular a prática da autogestão e o trabalho coletivo e colaborativo, em detrimento de ações isoladas e individualista (a falta de regulação e fiscalização das cooperativas por parte do poder público permitiu o surgimento de "falsas cooperativas", que se utilizam desta forma de organização e gestão da força de trabalho para otimizar seus ganhos através da precarização das condições de trabalho);

☼ **Agenciar estratégias de economia solidária (tais como o microcrédito, as cooperativas de consumo, os bancos populares e as moedas sociais) e fortalecer os programas de garantia de renda mínima**, visando uma política emancipatória para as camadas de baixa renda, garantindo seu acesso a bens de consumo sem submissão ao mercado financeiro;

☼ **Apoiar o comércio de bairro,** priorizando investir na infraestrutura e mobiliário urbano de qualidade (em especial, iluminação e banheiros públicos) em torno dos polos gastronômicos, centros de comércio popular e espaços articular a integração ao sistema de transporte público, garantir segurança, e promover a fiscalização e orientação sobre a logística atrelada ao comércio (horários e locais de carga e descarga);

☼ **Definir uma estratégia de integração do comércio informal de mercadorias lícitas à estrutura econômica formal da cidade**, com as seguintes diretrizes gerais: garantia de direitos, combate a atividades ilícitas, estímulo à formalização, assistência social e educacional;

- **Comércio informal com pontos fixos**:

  - Revisar a legislação atual, regulamentando os pontos de venda e os horários de funcionamento;

  - Qualificar a infraestrutura dos pontos de venda da cidade em que os camelôs trabalham, bem como o camelódromo e feiras, oferecendo condições dignas e decentes de trabalho;

  - Informatizar os mecanismos de cadastramento e concessão de licenças para postos de venda, levando em consideração a relação do trabalhador com os locais de venda e a proximidade de sua residência;

  - Promover atividades de qualificação profissional para a gestão de pequenos negócios;

  - Fiscalizar os grandes distribuidores do comércio informal (arrecadação de tributos, relações de trabalho, condições sanitárias dos produtos, etc);

  - Garantir orientação, padronização e fiscalização sanitária para os que trabalham com alimentos.

- **Comércio informal ambulante**:

  - Cadastrar os ambulantes e credenciá-los;

- Organizar o acesso ao transporte público;
- Oferecer e conservar depósitos para armazenamento das mercadorias dos vendedores ambulantes próximos aos locais de venda;
- Melhorar a fiscalização sobre os grandes distribuidores;
- Garantir fiscais responsáveis pelo controle da venda em postos fixos ou itinerante, cuja função será orientar o cadastramento e regularização do trabalho ambulante;
- Promover programas que prestem assistência social e educacional para o trabalhador ambulante;
- Extinguir as regras que, durante o carnaval e outros grandes eventos, obrigam os vendedores ambulantes a comprarem a mercadoria em postos e supermercados determinados e a comercializarem apenas uma marca, sob pena de terem suas mercadorias confiscadas pela Guarda Municipal;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para oferecer assessoria técnico-pedagógica e acesso ao crédito aos empreendimentos autogestionários nos casos em que os trabalhadores assumem o controle da empresa falimentar ou fechada** como alternativa ao desemprego ou perda de renda, e desenvolver programas de apoio a estas experiências em conjunto com sindicatos e movimentos populares;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um programa de apoio temporário ao trabalhador desempregado**, até que consiga um emprego, oferecendo a ele um valor mensal para trabalhos em prol da comunidade;

☼ Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para o progressivo investimento em obras de saneamento ambiental com o objetivo de qualificar a infraestrutura urbana da cidade e promover a geração de emprego**,** oferecendo assessoria técnico-pedagógica e priorizando vagas de trabalho para os moradores dos locais onde forem realizadas as obras, começando pelas favelas e bairros populares do município onde tem maior demanda por serviços de saneamento ambiental;

☼ **Criar um Gabinete Virtual do Trabalho** (plataforma virtual com aplicativo para celular), vinculado ao Gabinete Virtual da prefeitura, para compartilhar informações sobre projetos em andamento, notícias sobre deliberações do Conselho Municipal do Trabalho, e dados sobre verbas públicas, bem como disponibilizar oportunidades de vagas de trabalho no Município de Itabuna para atender aos desempregados e àqueles em busca do primeiro emprego: oferecer informações úteis para os trabalhadores na escolha de empregos, oferecer aos empregadores informações com relação à disponibilidade de mão de obra, assim como buscar a adequação entre a oferta de mão de obra e a demanda por postos de trabalho em diferentes níveis de capacitação;

☼ **Fortalecer os projetos do CIEE**, para que possam realizar melhor a intermediação de mão de obra, aproximando o trabalhador das oportunidades

de trabalho;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de programas de emprego direcionados especificamente para a inclusão de jovens e de idosos no mercado de trabalho**, pois são grupos com maior dificuldade de inserção;

☼ **Redefinir e ampliar os projetos de qualificação e de requalificação profissional hoje oferecidos pela Secretaria Municipal de Sustentabilidade Econômica e Meio Ambiente**

☼ **Promover políticas de ações afirmativas** no mundo do trabalho, para afirmar o protagonismo destes setores sociais, levando em consideração sua experiência histórica, suas demandas e necessidades específicas.

- **Incentivar e oferecer condições para a organização produtiva de mulheres em condições de vulnerabilidade social em suas localidades**, notadamente moradoras de favelas e bairros pobres;

- **Oferecer, em conjunto com a Secretaria de Educação, cursos voltados para a formação profissional de transexuais e travestis,** visando ampliar as alternativas de inserção no mundo do trabalho.

☼ **Fortalecer a fiscalização sobre situações de trabalho análogo ao de escravo**;

☼ **Implementar programas voltados para a redução progressiva da taxa de acidentes de trabalho na cidade**;

☼ **Criar um Plano Municipal de Previdência Social**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

- **Reestruturar, em diálogo com o conjunto dos servidores, os programas de atendimento à saúde do servidor público**;

- **Reavaliar a mudança do plano de cargos e salários dos servidores,** com o aumento do quadro de vagas, reestruturação do Plano de Cargos e Salários e realização periódica de concursos públicos**.**

MORADIA

fim das remoções e desenvolvimento comunitário

Hoje não se faz habitação para morar, mas para negociar. A política habitacional é submetida aos interesses de mercado do cartel de empreiteiras que se revezam nos principais contratos de obras públicas. Como a localização do terreno fica a critério das construtoras, as casas são erguidas em áreas distantes e isoladas, onde o custo da terra é mais baixo. São regiões onde não há a mínima infraestrutura urbana: o cidadão ganha uma casa, mas perde a cidade, porque não há linhas de ônibus, escolas públicas, unidades de saúde ou rede de saneamento no local. Atualmente mais de 90% das unidades habitacionais construídas pelo programa "Minha Casa, Minha Vida" se concentram na periferia da Zona Oeste com os Condomínios Jubiabá, Gabriela e São José, na Zona Nordeste com os Condomínios Pedro Fontes I e II e Itabuna Parque e na Zona Leste Com o Condomínio Jardim América. Ou seja, não existe um planejamento socioambiental comprometido com a gestão democrática dos territórios que garanta a função social da propriedade e promova o direito à cidade. O mercado imobiliário é que decide as prioridades. Em consequência disso, na cidade de Itabuna, o número de imóveis vazios, ociosos ou subutilizados, é igual ou superior ao número de famílias sem teto ou morando em condições inadequadas. No caso do município de Itabuna o déficit habitacional total é de 8.592 unidades habitacionais (Figura 1). O maior destaque é para as famílias conviventes, representando 5.524 moradias (64,29%), deste número absoluto 77,66% estão na situação urbana. O segundo e o terceiro maior são o aluguel de cômodos com 1.477 casos (ou 17,19%) e os domicílios rústicos no valor de 1.115 (ou 12,98%). O componente domicílios improvisados apresentou 476 unidades (FJP, 2005). Os dados da FJP (2005), acerca da relação dos níveis salariais e a falta de moradias, no ano de 2000, nos municípios, corroboram a mesma realidade nacional, de que o maior percentual do déficit é composto por famílias que recebem até 3 salários mínimos. É necessário dar fim à atual política de remoção forçada de favelas, garantir mecanismos de regularização fundiária e controle da valorização da terra e priorizar a destinação das terras públicas do município para programas de moradia popular. Enfim, precisamos criar medidas que permitam retirar do mercado o controle sobre o uso do solo urbano e regular o setor imobiliário para fortalecer o acesso à moradia pela camada econômica de baixa renda em áreas centrais da cidade.

Prioridades e compromissos:

- ☼ **Criar o Conselho Municipal de Habitação**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de moradia;

- ☼ **Planejar uma política habitacional voltada para a integração regional, o desenvolvimento comunitário e a justiça socioambiental**;

  ☼ **Produzir novos circuitos urbanos que articulem trabalho, moradia e mobilidade** para reverter tanto a concentração territorial dos postos de trabalho quanto a dispersão dos locais de moradia em espaços urbanamente precários e afastados das áreas com infraestrutura urbana consolidada;

- ☼ **Extinguir a atual política de remoções**, construindo um modelo de política

habitacional que respeite os preceitos da Lei Orgânica Municipal e os princípios constitucionais no que tange ao direito à integridade e inviolabilidade do domicílio;

☼ **Investir na requalificação das habitações de interesse social já existentes**, com ênfase na integração urbana à rede de serviços públicos da cidade;

☼ **Delimitar novas zonas de especial interesse social para assentamentos habitacionais de população de baixa renda em áreas da cidade com infraestrutura urbana consolidada**, priorizando a região central de Itabuna.

☼ **Criar um banco municipal de terras e imóveis** para estabelecer mecanismos de controle da valorização do solo urbano e facilitar o acesso à moradia através da disponibilização de terras e imóveis (de domínio da prefeitura, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas) para arrendamento, venda ou para outros tipos de concessão, através de uma melhor identificação e promoção da sua oferta;

☼ **Reconverter, em parceira com a União e o Governo do Estado, os imóveis públicos subutilizados e vazios para fins de moradia por meio de programas de locação social,** onde o valor do aluguel é subsidiado pela prefeitura — ficando vinculado à renda familiar e não ao valor de mercado do imóvel — e a família que reside tem o direito à moradia garantido pela prefeitura, o que protege o locatário dos processos de gentrificação promovidos pelo mercado imobiliário;

☼ **Aplicar instrumentos previstos no Estatuto das Cidades para desestimular a presença de imóveis privados subutilizados, vazios ou abandonados;**

☼ **Criar um programa municipal de assistência técnica para a requalificação urbana das ocupações consolidadas**;

MOBILIDADE URBANA

tarifa zero e integração modal

Vivemos em pleno colapso da mobilidade. Décadas de privatizações sucatearam os serviços de transporte de massas. Contratos foram assinados sem qualquer avaliação de sua viabilidade técnico-operacional ou de sua efetividade quanto à qualidade do serviço ao público. A atual política de transportes é conduzida, assim, de acordo com os interesses de empresas de ônibus e grandes empreiteiras. Itabuna é uma cidade cada vez mais engarrafada. Além do aumento contínuo da frota de veículos, vemos uma concentração cada vez maior de atividades em bairros já saturados ou em vias de saturar. Chega de seguir as receitas rodoviaristas dos anos 1950 e 1960! Precisamos redirecionar o investimento público para modelos que atendam ao Estatuto das Cidades.
Queremos acabar com a falta de transparência e abrir a "caixa-preta" do sistema: não dá mais para deixar que a população de Itabuna seja refém de um pequeno grupo de grandes empresários que só pensam em seu próprio lucro e oferecem, há décadas, um serviço caro e de péssima qualidade. É preciso pensar com originalidade. A luta por uma mobilidade enquanto direito universal deve ser a meta prioritária.O direito de ir e vir é um direito básico, não pode ser tratado como mercadoria. Por isso, é imprescindível o controle público sobre o planejamento das políticas de mobilidade urbana, além de criar mecanismos que apontem para a redução progressiva das tarifas e a implementação gradual de ambientes de Tarifa Zero, começando pelas regiões mais pobres e de maior fluxo. Precisamos conceber o transporte como um serviço universal, assim como fazemos com a saúde, a educação e a coleta de lixo. O domínio público da política de mobilidade vai diminuir as filas de espera, reduzir o custo operacional dos sistemas, dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida da população.

Prioridades e compromissos:

- ☼ **Planejar uma política de mobilidade urbana sustentável** pautada na estruturação de uma rede hierarquizada e equilibrada de acessibilidade e mobilidade para a cidade, priorizando os deslocamentos a pé, os modos não motorizados e o transporte público**;**

- ☼ **Reestruturar a Secretaria de Segurança, Transporte e Trânsito.**

- ☼ **Reestruturar e fortalecer o Conselho Municipal de Transporte**, transformando-o em um Conselho Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável, com autonomia e composição plural, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de mobilidade urbana;

- ☼ **Criar um Fundo Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável**, a partir de fontes de arrecadações como multas de trânsito, repasses federais e estaduais e instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor Municipal e no Estatuto das Cidades, que deverá ser gerenciado pelo Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e priorizar investimentos para melhorar a qualidade do transporte público, do transporte não motorizado e da mobilidade dos pedestres;

- ☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para criar um Laboratório de Inovação para a Mobilidade ;**

☼ **Auditar os contratos e procedimentos operacionais de concessionárias, prestadoras ou fornecedoras de bens e serviços relacionados à mobilidade urbana** que apresentem indícios de não cumprimento satisfatório das condições de legalidade, moralidade, razoabilidade, equilíbrio econômico-financeiro, eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos, em acordo com a Lei Federal 8.987/95;

☼ **Regular a composição dos parâmetros da planilha de custos operacionais dos serviços de transporte**, como previsto na Lei Orgânica do Município, a fim de garantir maior fidelidade no cálculo do custo de prestação do serviço pelas concessionárias (privadas ou públicas);

☼ **Extinguir, imediatamente, a dupla função de motorista-cobrador de ônibus** garantindo, com presença de um profissional próprio para a função de cobrador, menos estresse ao motorista e mais segurança na condução do veículo;

☼ **Instituir o primeiro Plano Municipal de Linhas Urbanas**, partido da rede estrutural de transportes da cidade prevista para 2021, para redesenhar o traçado das linhas de transporte coletivo de acordo com a real demanda da população;

- **Elaborar o plano de forma participativa com a população**, sob a supervisão do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, considerando as especificidades das diversas regiões da cidade;

- **Propor linhas específicas para o período noturno**, garantindo uma frequência adequada às diversas demandas deste período;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de medidas de segurança, como o controle por vídeo, nos ônibus e nos pontos, garantindo mais segurança aos passageiros, especialmente às mulheres que são vítimas de assédio no transporte**;

- **Nomear todos os pontos de ônibus**, no sentido de criar um sistema integrado de informações da mobilidade, com uma identidade visual simples e intuitiva;

☼ **Revisar a Política Tarifária dos Transportes Públicos**, a partir do Plano Municipal de Linhas Urbanas, dissociando a tarifa paga pelos usuários (quando houver) do custo de operação do serviço prestado pelas concessionárias (públicas ou privadas), permitindo a criação de planos tarifários mais simples e adequados às diferentes realidades dos usuários;

☼ **Instituir o primeiro Plano Municipal de Transporte de Cargas**, consolidando as diretrizes e as políticas municipais para orientar o deslocamento de veículos de transporte de bens de modo a não impactar negativamente no tráfego nas regiões mais adensadas da cidade;

- **Elaborar o plano de forma participativa com a população**, sob supervisão do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, considerando as especificidades das diversas regiões da cidade;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir infraestrutura de suporte para ciclistas na cidade**, como bicicletários cobertos, guarda-volumes, chuveiros/ vestiários e equipamentos de manutenção;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um novo sistema de sinalização específico para ciclistas e pedestres**;

- **Municipalizar as calçadas e criar padrões de qualidade de pavimentação**, com dimensões de acordo com normas de acessibilidade;

☼ **Mapear a situação das calçadas, praças, parques, veículos de transporte coletivo, prédios públicos e equipamentos urbanos da prefeitura e planejar (junto com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência) um programa de reforma e adaptação para garantir o direito de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida**;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir que os espaços de cultura, de esporte, de educação e de saúde, sejam adequados para deficientes**: sinalização visual e sonora, signos em braille, banheiros adaptados, degraus rebaixados, rampas de acesso, entre outros investimentos;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para diminuir os degraus dos ônibus e ampliar a quantidade dos ônibus e veículos adaptados para pessoas em cadeiras de rodas**;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir que as calçadas sejam planas, com regularização, rampas de acesso e, em algumas situações, corrimões de acessibilidade**;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir rampas de acesso e corrimões em todas as praças públicas**;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir que os sinais luminosos sejam acompanhados por sinais sonoros**;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir sinalização adequada para as pessoas cegas poderem detectar obstáculos nas ruas**;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para ampliar as dimensões das portas dos banheiros públicos para permitir que pessoas em cadeiras de rodas possam usar o recinto de forma independente**;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do**

município, para garantir um mecanismo (botão no poste) que prolongue o tempo dos sinais para que as pessoas que usam muletas possam andar com segurança pelas ruas;

☼ **Definir critérios técnicos de acessibilidade dentro de um item mais claro nos processos de licenciamento urbanístico de novos prédios privados**;

☼ **Consolidar a legislação que regulamenta o serviço de táxi**, preservando a segmentação de mercado (empresas de táxi, táxis convencionais e táxis especiais), direitos adquiridos e dando maior segurança jurídica para motoristas, auxiliares e usuários;

☼ **Implementar um programa de fiscalização permanente, integrado aos demais órgãos de segurança pública, para combater os táxis piratas** e os serviços clandestinos.

☼ **Ampliar a capacidade de resposta a emergências**, definindo os papéis de cada órgão e estabelecendo postos operacionais, em maior número e mais bem equipados, ao longo das principais vias e centros de bairro;

☼ **Construção de uma estação de transbordo para os ônibus municipais,** para diminuir o tempo de espera para melhorar a qualidade do serviço;

SAÚDE

gestão democrática, qualidade no atendimento e valorização profissional

O Sistema Único de Saúde (SUS) surge a partir do processo chamado Reforma Sanitária Brasileira que teve como resultados mais significativos o Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986 e sua aprovação na Constituição de 1988 que deu o arcabouço legal para a construção do SUS. Desde o nascedouro esse processo tem sido alvo de ataques tanto dos setores mais atrasados do patrimonialismo brasileiro quanto dos defensores do neoliberalismo.

A partir dos anos 2000, Itabuna se tornou um laboratório para políticas de desmonte do SUS. Os mandatos de Geraldo Simões (PT), Fernando Gomes(PFL), Azevedo (DEM), Vane(PRB) e Fernando Gomes(DEM) foram os grandes responsáveis por esta contrarreforma. A saúde deixou de ser vista como um direito, para passar a ser tratada como uma mercadoria. Na atual gestão da prefeitura a rede assistencial foi quase que completamente destruida, os instrumentos de controle e vigilância foram sucateados e os novos equipamentos foram adquiridos por meio de contratação, com verba pública, de serviços privados, contrariando, assim, toda a lógica de concepção do SUS. A falta de controle público sobre a gestão das políticas de saúde tem gerado um caos no atendimento ao público. Especialmente no que se refere à carência de profissionais.. Por isso, defendemos a "desprivatização" da Prefeitura e retomada do domínio público sobre a administração dos programas municipais, com a implementação de um plano que promova, em acordo com estrutura orçamentaria do município, a progressiva substituição de todas essas formas de privatização e terceirização da Saúde: Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Fundações Estatais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas. Itabuna não possui um Hospital materno infantil, seus 32 postos médicos estão sucateados, o Hospital de Base precisa ser resignificado.

Precisamos, também, acabar com a lógica punitiva do "choque de ordem" que vem invadindo todas as esferas da administração pública, transformando as políticas de saúde mental em instrumentos policialescos de controle da população em situação de rua. Itabuna merece uma política de saúde que garanta os direitos de seus cidadãos.

Apoiamos o projeto histórico da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS). Entendemos que a saúde tem relação direta com a classe social e as condições de vida de cada cidadão. Ou seja, a saúde está relacionada às circunstâncias de trabalho, ao saneamento básico, à qualidade do transporte, às políticas de educação, ao direito ao lazer, entre outros pontos. Queremos contribuir para o fortalecimento da luta por um sistema de saúde com acesso universal, integral, gratuito e igualitário.

Prioridades e compromissos:

- ☼ **Democratizar a gestão das políticas públicas de saúde,** incentivando a criação de conselhos gestores, com eleições diretas realizadas entre os trabalhadores de cada unidade, e a criação de colegiados de gestão, garantindo a participação dos trabalhadores e usuários;

- ☼ **Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde**, dando-lhes estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de saúde;

- ☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para ampliar os recursos destinados à saúde**, observando criteriosamente a sétima diretriz da Resolução 322 do Conselho Nacional de Saúde que descaracteriza alguns outros investimentos como ações deste financiamento;

Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias, como Cultura, Habitação, Trabalho, Educação etc;

☼ **Implementar um plano de transição do sistema atual, que prioriza a gestão privada, para um sistema de gestão pública, evitando a desorganização do serviço e a desassistência**, garantindo, em acordo com estrutura orçamentaria do município, o progressivo encerramento de todas essas formas de privatização e terceirização da Saúde: OS's e OSCIP's, Fundações Estatais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para regionalizar as ações da Secretaria Municipal de Saúde** com criação de pólos especiais em cada uma das 6 regiões cidade;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir a recomposição salarial gradual dos servidores da saúde** de todas as áreas, como elemento de impacto na qualidade dos diagnósticos;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para realizar concursos públicos para a recomposição do quadro de servidores, especialmente na rede básica e no Hospital de Base**, em gradual substituição dos trabalhadores terceirizados;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para criar um Plano de Cargos, Carreiras e Salários para as diferentes categorias da saúde assegurando a isonomia salarial**;

☼ **Promover a revisão e auditoria de todos os contratos de terceirização de serviços e privatização da gestão celebrados pelo governo anterior**: OS's e OSCIP's, Fundações Estatais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para o progressivo encerramento dos contratos de aluguel de equipamentos e dos contratos sem licitação**;

☼ **Fortalecer uma nova cultura de atenção ao cidadão e de condições dignas de trabalho nas unidades de saúde**, valorizando estes trabalhadores através da criação de instrumentos de educação permanente, democratizando os mecanismos de produção, acesso e circulação de informações em saúde para a redução das desigualdades sociais;

☼ **Unificar as ações das secretarias municipais de Saúde, Educação e Assistência social,** no sentido de reforçar os setores de documentação, informação, comunicação, informática (com uso intensivo de softwares livres) e educação em saúde em toda a rede de ensino e nas unidades de saúde, com base na Política Nacional de Promoção da Saúde, inclusive incluindo o direito à saúde, as formas de participação e de controle social do SUS na grade curricular do ensino fundamental e médio e a utilização do SUAS como política de garantia de direitos;

☼ **Criar, na Secretaria Municipal de Saúde, a Comissão de Comunicação e Informação em Saúde**, que vai trabalhar de forma articulada com os demais conselhos de direitos e de políticas setoriais, estruturando uma política de informação e comunicação em saúde direcionada às comunidades, atuando em defesa do SUS e mobilizando a sociedade com vistas ao fortalecimento do controle social;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir recursos financeiros para as ações de comunicação e informação em saúde**, tanto para a melhoria da formação dos trabalhadores da saúde como para a educação e conscientização dos cidadãos;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para investir em um Sistema Regional de Informação para o SUS**, em parceria com os municípios da região, inclusive como mecanismo de controle de gestão e de regulação das ações de saúde, utilizando inicialmente os bancos de dados já existentes (SIM, Sinasc, Sinan, SIA, SIH, SIAB, Sismasus e outros), com garantia jurídica de privacidade e confidencialidade, para planejamento das ações de saúde, otimização de recursos e avaliação dos impactos das ações;

☼ **Capacitar os trabalhadores do SUS, incluindo os gestores e os formuladores de políticas, no acesso, processamento e análise dos dados de interesse da saúde no município de Itabuna**, para que a informação em saúde sirva à tomada de decisão, incluindo acesso a bases de dados especializados com protocolos clínicos, literaturas setoriais e redes bibliográfica;

☼ **Desenvolver, junto ao Conselho Municipal de Saúde, políticas editoriais de informação que garantam a disseminação de dados de forma democrática e ampla**;

☼ **Ampliar a capacidade dos conselheiros e equipes de saúde para a gestão pública da informação e da comunicação em saúde**, por meio de capacitação e garantia de acesso às fontes de informação, sistemas e instituições, assegurando total transparência dos processos de: execução orçamentária e financeira; repasse de recursos; transferência fundo a fundo; convênios; acordos de cooperação; patrocínios; licitações; cartas-convite; registro de preço; formas de calcular indicadores epidemiológicos e demais estatísticas; além de todas as formas de contrato em serviços de saúde;

☼ **Fortalecer a educação permanente dos profissionais que executam os programas de saúde existentes no município**, de forma a garantir um atendimento de qualidade, com foco no cuidado ao cidadão;

☼ **Organizar um sistema de monitoramento, avaliação e supervisão da Estratégia de Saúde da Família atendendo aos princípios da Atenção Básica**, com o intuito de acompanhar o seu desenvolvimento, a fim de consubstanciar esforços e recursos municipais para a melhoria das ações;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para ampliar a Atenção Básica e a Estratégia de Saúde da Família (ESF)**, inclusive ampliando o piso básico de remuneração dos trabalhadores;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para ampliar a cobertura da Estratégia de Saúde da Família**;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para ampliar a equipe básica da Estratégia de Saúde da Família**, com a inclusão imediata do profissional de Serviço Social em cada equipe, e criar meios de transporte específico para locomoção das equipes;

☼ **Construir conselhos gestores paritários em nas duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA)**;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva realização de concursos públicos para trabalhar nas UPAs**, com gradual substituição de temporários;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para ampliar o quadro técnico das UPAs com pediatras e ortopedistas nas duas unidades**;

☼ **Organizar o pronto atendimento de forma articulada com serviços de atenção básica**;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para ampliar o acesso aos serviços de pronto atendimento e demais serviços de saúde** (fim das filas);

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para ampliar os leitos hospitalares, em especial os de Terapia Intensiva, e racionalizar a distribuição de leitos de alta complexidade a partir de estudos epidemiológicos de demanda** (e não por interesse eleitoral de lideranças locais);

☼ **Reestruturar os sistemas de regulação de leitos visando ampliar a sua agilidade e eficácia**;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para criar um laboratório municipal de saúde pública** para aumentar a oferta de exames e aperfeiçoar a capacidade de diagnóstico da rede pública;

☼ **Criar a superintendência de logística em Saúde do município**, visando retomar o controle público sobre a compra e distribuição de medicamentos e insumos na rede municipal de saúde;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para fortalecer e ampliar a rede de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST)**, capacitando os trabalhadores da rede de saúde para as demandas oriundas da saúde do trabalhador;

☼ **Construir novos métodos de avaliação dos serviços** que busquem a melhoria dos indicadores de morbi-mortalidade, condições de vida e IDH da população-alvo e não apenas indicadores de consumo de procedimentos/ tecnologia;

☼ **Melhorar a qualidade dos indicadores que orientam as políticas públicas de saúde, construindo um mecanismo de participação social na aplicação e fiscalização dos indicadores, priorizando indicadores de efetividade** (metas ancoradas na melhoria de indicadores de morbi-mortalidade, condições de vida e IDH da população-alvo);

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para reestruturar a atenção especializada na rede assistencial do municípi**o, junto a todas especialidades médicas;

☼ **Implementar no âmbito municipal os parâmetros estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**, com o objetivo de promover a equidade etnicorracial nas políticas de saúde da cidade;

☼ **Promover cursos de formação sobre as especificidades das minorias etnicorraciais**, capacitando os servidores e gestores da saúde pra lidar com as questões específicas dessa população;

☼ **Garantir, no Hospital de Base, a informação e o acompanhamento necessários para a prática do aborto nos casos autorizados pela lei**, respeitando o princípio de autodeterminação da mulher sobre seu próprio corpo;

☼ **Garantir a efetiva aplicação das portarias do Ministério da Saúde do governo federal e do Sistema Único de Saúde (SUS) para o processo transexualizador**, aplicando verbas e desenvolvendo um programa para a formação e capacitação de profissionais da saúde, criando unidades de atendimento em hospitais públicos do município e estabelecendo a não-patologização das identidades trans e a redução das barreiras burocrático-administrativas para o acesso a esse direito dentro do âmbito de competência da prefeitura;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir o atendimento integral, humanizado, transdisciplinar e de qualidade em toda a rede de atenção materno-infantil desde o pré-natal até a atenção ao recém-nascido**; construção imediata do Hospital Materno Infantil.

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para investir em equipamentos (salas e quartos) que facilitem o parto humanizado**;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para abrir concurso público para doulas certificadas** em todas as unidades hospitalares que atendam partos;

☼ **Fortalecer programas de estágio de doulas** para garantir a formação dessas

profissionais;

☼ **Iniciar um planejamento para o progressivo fechamento dos espaços asilares existentes no munícipio de Itabuna**, com a reorientação dos recursos para a rede de saúde mental;

☼ **Extinguir os convênios da Prefeitura com os abrigos especializados para usuários de álcool e outras drogas/Comunidades Terapêuticas**, visando o progressivo fim dessa política institucionalizadora, com a reorientação dos recursos para o financiamento de unidades de acolhimento e CAPS ADIII para a atenção aos usuários de álcool e outras drogas na rede de saúde mental;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir a ampliação da rede substitutiva de serviços de saúde mental nos bairros com maior demanda**: Dispositivos de residenciais terapêuticos, CAPS III, CAPSi, CAPS AD, CAPS AD III, Centros de Convivência/Cultura, Cooperativas Sociais, Consultórios de Rua, Escolas de Redutores de Danos, entre outros;

☼ **Implementar uma política municipal intersetorial de atenção integral a pessoas que usam álcool e outras drogas, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde**;

☼ **Criar programas especiais de acesso à saúde para comunidades tradicionais.**

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir recursos financeiros para ações municipais de vigilância sanitária e ambiental**, prestando assessoria técnica e estabelecendo um plano de ação articulado, que dê respostas aos problemas sanitários e ambientais do município;

☼ **Promover a formação, a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos em vigilância sanitária e ambiental**, buscando a fixação desses profissionais e a garantia de condições dignas de trabalho e salário;

☼ **Qualificar o trabalho de vigilância sanitária e ambiental por meio da incorporação de tecnologias de informação e do aprimoramento do uso daquelas que estão disponíveis**;

☼ **Submeter, periodicamente, ao controle social do SUS, o resultado das ações vigilância sanitária e ambiental**;

☼ **Desenvolver um programa de comunicação com informações de interesse público sobre situações de risco à saúde da população**;

☼ **Incentivar a participação de representantes da sociedade civil organizada para o acompanhamento das inspeções de vigilância sanitária e ambiental**;

☼ **Estimular que os serviços de saúde adotem medidas e incorporem práticas para o controle de risco**, por meio de ações educativas e divulgação de material de apoio;

- ☼ **Promover propagandas sobre o uso racional de medicamentos e a alimentação saudável e segura, de acordo com o Guia Alimentar da População Brasileira (documento elaborado pelo Ministério da Saúde);**

- ☼ **Implementar ações para fazer cumprir a legislação sobre propaganda de bebidas alcoólicas, tabaco, medicamentos e outras áreas da saúde.**

EDUCAÇÃO

gestão democrática, autonomia pedagógica e valorização profissional

A Rede Municipal de Educação de Itabuna é a maior do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, são 98 escolas, atendendo aproximadamente 18 mil estudantes da creche ao Ensino Fundamental III. Nos últimos 10 anos, contudo, a Rede Municipal de Educação enfrentou um trágico processo de fechamento de escolas totalizando 18 Unidades, com a adoção de políticas meritocráticas centradas, exclusivamente, na obtenção de índices e metas quantitativas sem levar em conta os índices qualitativo. O resultado foi desastroso, com escolas sendo fechadas para aumentar o ranking do município nas tabelas governamentais. O quadro é sério. Hoje os investimentos realizados na área da educação não estão em acordo com as demandas das comunidades escolares. O último golpe do poder público foi a adesão de 5 escolas para funcionarem com Vetor Militar, um retrocesso sem precedentes, o índice de escolas em condições precárias é alarmante no município. Nenhuma escola da Rede Municipal de Educação ainda não tem ar condicionado, o que dificulta o trabalho dos profissionais da educação e o aprendizado dos alunos, especialmente durante o verão, apenas três possui quadra coberta, 95% na dispoe de nenhum aparelho desportivo. Faltam canais efetivos de escuta para democratizar a gestão e planejar as prioridades das políticas de educação em conformidade com as reais necessidades das escolas e creches.

Para mudar esse cenário, precisamos modificar radicalmente os princípios que norteiam toda a política de educação de Itabuna. É indispensável apostar na Gestão Democrática da Rede, garantindo o processo de eleição direta de diretores das escolas e creches públicas, mas também fortalecendo os mecanismos de participação direta das comunidades escolares na definição dos objetivos, no diagnóstico dos problemas e na produção de demandas ao poder público, que deve assegurar a resolução de tais demandas. É necessário promover a Autonomia Pedagógica, com a valorização dos Projetos Políticos Pedagógicos, estimulando a capacidade criativa dos profissionais da rede municipal. É fundamental investir na valorização salarial dos servidores da educação através de seus planos de carreira, com progressões significativas por formação acadêmica e tempo de serviço, além da implantação do regime de Dedicação Exclusiva, com paridade para os aposentados. Por fim, é importante alcançar a universalização da Educação Integral na rede municipal de educação e integrar as políticas de cultura e educação para transformar as escolas municipais em pólos de preservação da memória dos bairros e promoção da cultura popular.

Queremos uma mudança completa de modelo! Somente assim iremos avançar na defesa de uma educação pública, de qualidade, democrática, laica e socialmente referenciada. Educação não é um negócio, escola não é fábrica e aluno não é mercadoria.

Prioridades e compromissos:

- ☼ **Fortalecer o Conselho Municipal de Educação**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de educação;

- ☼ **Revisar o Plano Municipal de Educação,** garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade civil ao longo de todo o processo de elaboração e implantação, definindo prioridades e metas que deverão ser executadas pela prefeitura;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva ampliação dos recursos destinados à educação**;

☼ **Instituir e regulamentar a data-base para todos os profissionais da rede municipal de educação**, garantindo a existência de processos de negociação salarial e de melhorias nas condições de trabalho permanentes, reconhecendo e respeitando as representações sindicais de cada segmento dos profissionais da rede municipal de educação;

☼ **Criar um novo Plano de Carreira** para promover a valorização salarial dos profissionais de educação, tornando-o unificado entre professores e funcionários da rede municipal de educação, com progressões significativas por formação acadêmica e tempo de serviço, garantindo paridade e integralidade para os aposentados;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo alcançar a universalização do atendimento de creches públicas no município**; temos aproximadamente 6 mil crianças fora das creches segundo o IBGE(2018)

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para incentivar o aprimoramento acadêmico dos professores**, por meio de adicional para pós-lato sensu, mestrado e doutorado, bem como a garantia de licenças para estudo;

☼ **Extinguir as formas de remuneração variável**, transferindo tais recursos para efetiva valorização salarial;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir vagas em concursos públicos que recomponham os quadros efetivos e reflitam o dimensionamento atual da rede municipal de educação;**

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo a extinção das terceirizações e contratos precários com a gradativa abertura de concurso público** para funcionários da rede municipal de educação;

☼ **Garantir processos de gestão democrática em toda a rede municipal de educação**, com eleição de diretores nas escolas e creches e construção/ valorização de conselhos gestores de caráter deliberativo nas comunidades escolares;

☼ **Garantir a laicidade nas escolas da rede municipal de educação**, com envio de projeto à Câmara Municipal para modificar o currículo.

☼ **Investir na formação de professores e em material pedagógico para combater o machismo, a homo/lesbo/bi/transfobia e a discriminação racial nas escolas e creches municipais**, respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação visando sua ativa participação na erradicação de todas as formas de preconceito;

☼ **Investir na formação de professores e em material pedagógico para promover a valorização e o reconhecimento das comunidades tradicionais e da herança cultural de matriz indígena e africana nas escolas e creches municipais**, respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação visando sua ativa participação no combate ao preconceito e à discriminação contra as religiões de matriz africana e as culturas originárias;

☼ **Promover a inclusão e valorização das culturas de matriz africana e indígena nos conteúdos curriculares das escolas públicas do município**, visando a erradicação de todas as formas de preconceito contra elas e a valorização de sua contribuição à formação da sociedade brasileira;

☼ **Implementar um processo de avaliação da rede municipal de educação centrado na participação da comunidade escolar e na geração de demandas sobre o poder público**, buscando identificar as necessidades de cada escola na formulação de medidas que visem a superação dos obstáculos ao processo de ensino aprendizagem;

☼ **Promover a Autonomia Pedagógica**, com a valorização dos Projetos Políticos Pedagógicos elaborados por cada unidade escolar, além do fim do apostilamento e das avaliações externas, garantindo um currículo mínimo e estimulando a capacidade criativa dos profissionais da rede municipal de educação;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, garantir 1/3 de planejamento extraclasse** para todos os professores da rede municipal de educação;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, garantir 30 horas de jornada semanal** para os funcionários administrativos das escolas e creches da rede municipal de educação;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo alcançar a universalização da Educação Integral na rede municipal de educação**;

☼ **Integrar as políticas de cultura e educação para transformar as escolas municipais em pólos de preservação da memória dos bairros e promoção da cultura popular**;

☼ **Garantir estrutura adequada nas escolas municipais**, em especial, a definição de uma quantidade máxima de 30 alunos por sala de aula (dentro de um plano que garanta a redução progressiva do número de alunos por sala de aula), a climatização e adequação acústica das salas de aula, a

construção (ou reforma) de quadras poliesportivas, a ampliação das bibliotecas e salas de informática, bem como o estabelecimento de metas para que toda a comida servida nos escolas e creches públicas da rede municipal seja produzida a partir dos princípios da agroecologia (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos);

☼ **Garantir às escolas municipais o acesso aos equipamentos e instalações esportivas dos clubes de bairro** e integrá-los às estratégias de desenvolvimento da educação física e do esporte de alto rendimento;

☼ **Garantir equipes multidisciplinares de apoio psicológico e social a alunos, familiares e profissionais de educação** em toda a rede municipal de educação;

☼ **Garantir uma política de vagas para jovens e adultos na rede municipal de educação**;

☼ **Oferecer educação especial na perspectiva inclusiva**, garantindo a participação efetiva da família no processo educacional, disponibilizando transporte adequado e priorizando a oferta de vagas em unidades escolares aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, e/ou altas habilidades/superdotação, qualificando professores e funcionários com uma capacitação e formação continuada em serviço, implementando salas de recursos multifuncionais, oferecendo educação escolar e preparação para o trabalho aos maiores de 17 anos, através de ações interdisciplinares entre as demais secretarias da prefeitura: educação, assistência social, saúde e transporte, etc;

☼ **Auditar e verificar a possibilidade de encerramento dos contratos com empresas privadas que implementam projetos educacionais na rede municipal de educação**, dando condições e suporte para que os projetos construídos pelos próprios profissionais da rede ou em convênios com universidades públicas sejam implementados, respeitando sempre a autonomia pedagógica e o Projeto Político Pedagógico de cada escola.

CULTURA

além dos espetáculos

Nos últimos anos, submetidos aos interesses do mercado, muitos bairros tiveram sua vida cultural pausterizada, perderam sua memória e se transformaram em territórios de gente que se estranha quando, vez ou outra, se esbarra na esquina. A diversidade das ruas deu lugar para a monotonia dos shopping centers.

Queremos romper com esse modelo de cidade que reduz Itabuna a uma marca, um produto a ser comercializado. Concebemos os bairros como espaços de encontros cotidianos que promovem a sociabilidade pela diferença. Precisamos democratizar os meios de comunicação, incentivar a arte pública e fortalecer os laços comunitários que dão aos moradores a sensação de pertencimento à cidade. Hoje alguns movimentos urbanos Itabuna ocupam as ruas com arte e alegria na luta contra o processo de mercantilização do espaço público que está desfigurando nossa cidade. É com eles que queremos pensar uma nova política cultural para os grapiunenses.

A luta por uma Itabuna mais democrática passa também pela construção de uma nova política cultural para a cidade. A articulação das escolas com as políticas públicas de cultura é decisiva. Essa integração entre cultura e educação pode ajudar a ressignificar o espaço público e mudar a relação dos moradores com suas comunidades. O nosso desafio é transformar as escolas em pólos de preservação da memória dos bairros e promoção da cultura popular.

A cultura deve ser tratada como prioridade estratégica, através de mecanismos permanentes que visem sua consolidação como política de Estado. Hoje temos muita cultura de evento, mas pouco evento cultural. E, assim, o processo de elitização da cultura se intensificou. Segregação social e cultural caminham juntas. Cultura não é sinônimo de espetáculo, mas, sim, um direito essencial para a democracia.

Prioridades e compromissos:

- **Instituir um Plano Municipal de Cultura**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

  - **Recriar novamente a Secretaria Municipal de Cultura,** hoje é um departamento da FICC- Fundação Itabunense de Cidadania e Cultura.
  -
  - **Democratizar a política de Cultura**, visando seu fortalecimento institucional, orçamentário e técnico, bem como sua integração com as demais pastas e órgãos da prefeitura;

  - **Fortalecer o Conselho Municipal de Cultura**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de cultura;

  - **Efetivar o Fundo Municipal de Cultura** dentro de uma política de investimento na produção descentralizada de arte independente, popular e tradicional, com a publicização dos critérios de avaliação dos projetos antes das etapas de análise e pontuação, entrevista e contratação;

- **Realizar um mapeamento sociocultural de cada bairro da cidade**, objetivando conhecer as diferentes formas de expressão cultural de cada território e medir a influência dos equipamentos culturais em funcionamento para desenvolver, junto com o Conselho Municipal de Cultura, políticas de incentivo e fomento para a manutenção da rede existente e a formação de novos equipamentos culturais;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva ampliação do numero de editais públicos com recursos municipais**, aplicados de forma regionalizada, com valores pequenos e médios, incentivando o pequeno produtor cultural;

- **Criar o cargo de assistente regional de produção cultural**, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, responsável por buscar coletivos artísticos e artistas de uma região administrativa e auxiliá- los a registrar projetos culturais de pequeno porte, bem como oferecer cursos de formação e programas de assistência técnica;

- **Promover cursos de formação e programas de assistência técnica para artistas e agentes culturais que venham a atuar em suas próprias comunidades,** ocupando as ruas com música, capoeira e teatro, os muros com pintura e grafitte, as praças com rodas de leitura, contação de histórias e oficinas literárias;

- **Criar Pontos de Cultura**, **distribuídos por todas as 06 Zonas da cidade, articulados com as escolas municipais de cada bairro**, fortalecendo a relação das escolas com as comunidades**;**

- **Criar Centros de Cultura e Memória Popular vinculados às escolas municipais de cada região**, ressignificando a relação das escolas com as comunidades, recuperando a função social de imóveis tradicionais que marcaram a história da cidade como importantes referenciais culturais e hoje se encontram abandonados, desconfigurados ou subutilizados, dando prioridade aos bairros populares do subúrbio;

    - Os Centros de Cultura e Memória Popular serviriam para ministrar oficinas, aulas e apresentações de música, dança, teatro, cinema, fotografia e artes plásticas, dentro de uma política de investimento na produção descentralizada de arte independente, popular e tradicional, privilegiando os artistas locais e valorizando a história de cada bairro;

- **Articular as lonas culturais municipais com as escolas municipais e estaduais de cada região**, integrando a política de cultura com a política educacional do munícipio;

- **Promover programas públicos de capacitação técnica, qualificação profissional e formação especializada em audiovisual**;

- **Estabelecer metas para a progressiva implementação, em acordo com a estrutura orçamentária do município, de salas de cinema**

populares em todas as Áreas de Planejamento da cidade**;**

- **Instituir um Plano Municipal de Democratização das grandes festas populares**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

  - **Criar a Subsecretaria Municipal do eventos culturais**, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Cultura, tendo como principais funções assumir a organização dos eventos culturais na nossa cidade, privilegiando os valores culturais e garantindo a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações, bem como assumir a organização do carnaval de rua, privilegiando os valores culturais, promovendo a ocupação democrática do espaço público durante o carnaval e festejos juninos, e garantindo a correta gestão dos recursos públicos destinados aos blocos de rua;

  - **Realizar audiências públicas para debater com a sociedade civil os critérios que devem ser utilizados pela prefeitura para a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações carnavalescas que na sua maioria foram extintas**, apresentando a proposta para que as agremiações carnavalhescas e juninas seja subsidiadas com o erário público.

  - **Utilizar, fora dos horários de aula, os espaços escolares no desenvolvimento de atividades culturais,** desenvolvendo um programa de integração entre educação e cultura em toda a rede ensino do município, focado em arte com educação e educação com arte;

  - **Estabelecer metas para a progressiva implementação, em acordo com a estrutura orçamentária do município, de um cineclube 10 escolas municipais**, realizando oficinas de formação e garantindo a infraestrutura e dotação orçamentária necessária para que as escolas possam viabilizar a manutenção dos equipamentos e a aquisição de materiais e insumos, envolvendo os animadores culturais na organização das atividades;

  - **Desenvolver nas escolas municipais, junto com os pontos de cultura, uma política de ocupação cultural das praças de cada bairro**, que serviriam como espaços para promover atividades, apresentações e oficinas gratuitas ao ar livre;

  - **Iniciar um planejamento para viabilizar uma política de meia-entrada por inteiro**, sem reserva de vagas e monopolização através das carteirinhas de entidades;

  - **Priorizar a realização de saraus, festivais e concursos populares** (música, teatro, dança, poesia, etc.), privilegiando os artistas locais e valorizando a história de cada região da cidade;

  - **Criar zonas livres para graffite em todas os bairros da cidade**;

  - **Implementar uma política de incentivo fiscal para equipamentos (ex: câmeras) e instalações (ex: estúdios) de audiovisual localizadas na cidade;**

- **Realizar audiências públicas para deliberar com a sociedade civil os modelos que devem ser utilizados nos editais de fomento à produção audiovisual**, com os objetivos de privilegiar critérios culturais sobre critérios comerciais, dar transparência aos processos, desburocratizar o sistema, estimular o surgimento de novos talentos, democratizar a produção e garantir a diversidade artística;

☼ **Instituir um Plano Municipal de Democratização da Comunicação**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

- **Fomentar a comunicação como ferramenta de democratização da gestão pública**, garantindo a transparência na gestão municipal e o acesso do cidadão a todas as informações necessárias para o pleno exercício da cidadania;

- **Integrar as ações e políticas de comunicação às demais políticas públicas do município**, de forma a constituir arranjos que contribuam para o fortalecimento de políticas integradas;

- **Contribuir para a ampliação da pluralidade e diversidade das fontes disponíveis de informação na cidade**;

- **Fortalecer os instrumentos de participação popular para definição, monitoramento e avaliação das políticas de comunicação do poder público;**

- **Integrar os equipamentos de comunicação e cultura com unidades básicas de saúde, escolas municipais, bibliotecas públicas e outros equipamentos municipais**, viabilizando políticas integradas de desenvolvimento local em todas as zonas da cidade;

- **Capacitar agentes de comunicação, como radialistas e monitores de telecentros, para que eles sejam impulsionadores de processos de desenvolvimento local**;

- **Estabelecer mecanismos democráticos e transparentes para o investimento em publicidade oficial nos meios de comunicação,** buscando: a) tornar públicos os critérios de distribuição das verbas e a execução orçamentária; b) evitar pressões indevidas tanto por parte dos governos como por parte dos veículos; e c) garantir uma distribuição de recursos que não tome a medida de audiência como único critério, permitindo o investimento também em pequenos veículos;

- **Criar uma agência de notícias da prefeitura** ou instrumentos similares que permitam reunir notícias de todas as áreas de governo, com distribuição eletrônica de boletim periódico;

- **Implementar o Canal da Cidadania** promovendo a participação da sociedade civil no planejamento do funcionamento do canal;

- **Criar uma política de divulgação e informação dos programas sociais da prefeitura** que dialoguem com os veículos comunitários e

com espaços públicos como escolas, associações de bairro, etc;

- **Contemplar a educomunicação e leitura crítica da mídia nas escolas de ensino fundamental**, estimulando a prática transversal do tema nos espaços escolares;

- **Incentivar e promover experiências e projetos de educomunicação**, em parceria com organizações da sociedade civil, direcionados à população local;

- **Construir um programa de formação em Educomunicação para os educadores das escolas municipais**, possibilitando o conhecimento da metodologia e a apreensão e utilização crítica dos conteúdos midiáticos;

- **Convocar, com a sociedade civil, um Fórum Participativo de Acompanhamento das Políticas Locais de Inclusão Digital**, com funcionamento regular, criando canais legítimos e públicos de reflexão, consulta mútua e debate que permitam a efetiva participação da sociedade na formulação de políticas públicas vinculadas ao ambiente digital que atendam às demandas sociais pela efetivação de direitos.

- **Estimular e promover iniciativas voltadas para a Alfabetização Digital**, incluindo escolas, Lan Houses e programas de inclusão, possibilitando a apropriação e qualificação do uso da rede;

- **Apoiar as rádios comunitárias no município**, com a criação de um fundo para distribuição de verbas para suporte à estruturação, apoio técnico, capacitação, investimento em equipamentos e manutenção e funcionamento das mesmas;

- **Apoiar o processo de instalação e desenvolvimento das rádios comunitárias no município**, estabelecendo diálogos com o Ministério das Comunicações e com as associações que pleiteiam serviço de rádios comunitárias, especialmente no que se refere às questões técnicas do processo de instalação;

- **Desenvolver Plano Diretor participativo de Radiodifusão Comunitária**, definindo o estabelecimento de áreas de execução no município;

- **Revisar a destinação das verbas publicitárias com vistas a garantir maior participação e pluralidade na comunicação do município**, destinando verbas publicitárias institucionais a veículos de comunicação locais, sejam comerciais de pequeno porte ou alternativos e populares, organizados por distintos grupos, como associações de moradores, grupos de jovens, entidades comunitárias e coletivos de mulheres;

- **Estabelecer uma política de financiamento e apoio às mídias populares e alternativas**, com editais públicos premiando com recursos a mídias populares e editais de fomento à criação e desenvolvimento de novos meios de comunicação populares e alternativos, ampliando o potencial produtivo destes públicos;

- **Realizar periodicamente a Conferência Municipal de Comunicação**, espaço deliberativo para aprovação de diretrizes para políticas de comunicação para o município e para a atuação do conselho municipal de comunicação.

- **Constituir um Conselho Municipal de Comunicação**, com maioria de representantes da sociedade civil, para formulação, implementação, fiscalização e monitoramento das políticas municipais de comunicação;

- **Criar Centrais Públicas de Comunicação – ou pontos de mídia –**, geridas por conselhos públicos, com participação majoritária da sociedade civil local, que funcionem como espaços para produção cidadã e que estejam ligadas a espaços de distribuição (veiculação ou circulação) dessa produção, tendo por objetivo integrar os telecentros, rádios comunitárias, estruturas de produção das escolas e centros educacionais, pontos de cultura e outros equipamentos culturais do município;

☼ **Instituir um Política Municipal de Memória e Verdade**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

- **Preservar os símbolos populares e imóveis tradicionais que marcaram a história da cidade como importantes referenciais culturais**;

- **Alterar nomes de ruas e prédios públicos** que recordam pessoas, entidades e fatos relacionados ao legado autoritário da ditadura- militar ou ao legado racista e colonialista da escravidão;

- **Ampliar os currículos escolares**, a fim de aprofundar o debate sobre o legado autoritário da ditadura-militar e o legado racista e colonialista da escravidão na rede municipal de ensino;

- **Investir na formação dos professores das escolas municipais como pesquisadores das histórias locais da cidade**;

ASSISTÊNCIA SOCIAL

viver com dignidade

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) apresentou em 1993 um novo modelo de assistência social que se materializou em todo o país através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003, o SUAS, que teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio de sua Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), é o sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil.

Em Itabuna, o SUAS ainda não se efetivou de maneira plena. Instituições privadas e ONGS ainda dominam atividades e programas estratégicos. E o poder público não investe na articulação, conexão, complementariedade e interdependência de serviços para atender às demandas da população. Precisamos elaborar, junto com os diferentes profissionais da política de assistência social, um programa municipal que considere a realidade local de cada território, garantindo a assessoria técnica e financeira necessária para a constituição de projetos no âmbito da assistência social nas regiões de maior demanda. Além da valorização dos profissionais mediante a realização de concurso público estatuário para as diversas áreas, o aprimoramento dos instrumentos de gestão é um fator decisivo para a consolidação da assistência social como política de Estado.

Queremos um modelo de gestão democrático, descentralizado e intersetorial que considere os fatores culturais e econômicos de cada zona da cidade e organize os serviços e benefícios assistenciais de acordo com o grau de complexidade de cada caso, visando a superação de situações de vulnerabilidade social. Defendemos o resgate dos princípios do SUAS e a promoção de uma política de assistência social pública, gratuita, integral e universal.

Prioridades e compromissos:

- **Implementar, via Secretaria de Assistência Social, um Programa Municipal de Assistência Social que garanta a integração da Rede de Proteção Social Básica** (destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social) **com a Rede de Proteção Social Especial** (destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos), assegurando infraestrutura adequada para funcionamento dos equipamentos;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para aprimorar as ações intersetoriais da rede de serviços públicos que atende a população beneficiária do Cartão Bolsa Família para qualificar o investimento nas políticas voltadas à erradicação da extrema pobreza no Município de Itabuna**, fortalecendo os programas de garantia de renda mínima;

- **Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias**, como Saúde, Cultura, Habitação, Trabalho, Educação, entre outras;

☼ **Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social**, dando-lhes estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de assistência social;

☼ **Valorizar o servidor público da assistência social em suas mais diferentes áreas**, com a garantia concurso público estatutário (vamos rever este modelo) em todas as áreas, evitando a terceirização na execução dos serviços e contratação de profissionais;

☼ **Iniciar uma campanha de revalorização dos diferentes profissionais que atuam na assistência social no âmbito do município**, em todas as políticas públicas municipais, buscando articulação e diálogo com os respectivos conselhos profissionais e sindicatos das categorias na construção de planos de trabalho e programas de formação condizentes com suas especificidades em uma abordagem multidisciplinar;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir do funcionamento do Conselho Tutelar.**

☼ **Convocar eleição para o preenchimento dos cargos de conselheiros tutelares**, com ampla publicização do processo eleitoral, como forma de valorização do papel do conselheiro, respeitando o processo unificado nacional;

☼ **Promover uma política de fortalecimento dos Conselhos Tutelares**, buscando a capacitação permanente de seus quadros, uma melhor distribuição conforme a população e indicadores sociais de cada região administrativa, um reajuste da remuneração, reformas das instalações físicas, aquisição de equipamentos de informática, carro, ampliação do quadro de funcionários para composição das equipes técnicas (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos), criação de programas e cursos de capacitação técnica permanente, bem como a organização de encontros municipais para promover a troca de experiências e a articulação em rede;

☼ **Colaborar com a Secretaria Municipal de Saúde na construção e implementação de uma Política Municipal de Atenção Integral a Pessoas que Usam Álcool e Outras Drogas;**

☼ **Extinguir a política de "recolhimento compulsório" de pessoas em situação de rua e de usuários de drogas**;

☼ **Implementar a Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua, a Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a Política Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente em Situação de Rua (CMDCA, 2009),** em articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP);

☼ **Ampliar os serviços de acolhimento institucional (Casa de Passagem, abrigo, casa-lar) e do Programa Família Acolhedora nos parâmetros**

das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, garantindo a brevidade e excepcionalidade da medida, bem como a formação contínua dos profissionais envolvidos;

☼ **Pactuar uma política com o Ministério Público, a Vara da Infância e Juventude e os Conselhos Tutelares, que garanta a excepcionalidade na aplicação e a brevidade no cumprimento da medida de acolhimento institucional**;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para investir na ampliação dos programas de família acolhedora e repúblicas para jovens como medida alternativa à institucionalização**;

☼ **Integrar os abrigos do município aos equipamentos de saúde, educação pública, cultura, trabalho, esporte, lazer, habitação e geração de renda da rede municipal**, implementando uma política integrada para pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando a superação dessas condições;

☼ **Implementar um Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária**, em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Assistência social (CMAS) e com o Conselho Regional de Psicologia (CRP);

☼ **Garantir uma equipe técnica adequada e elaborar projetos políticos pedagógicos para qualificar as medidas socioeducativas em meio aberto**, envolvendo os adolescentes, os familiares e as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;

☼ **Elaborar um programa municipal para garantir o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo na cidade**;

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município**, **para implementar um programa que garanta a gratuidade nos serviços de transporte público para membro da família de preso do sistema prisional em unidade localizada no município de Itabuna.**

☼ **Promover a integração do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região onde o familiar de preso do sistema prisional mora e a unidade de cumprimento de pena do preso**;

☼ **Promover a integração do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região onde o familiar de adolescente em cumprimento de medida de internação mora e a unidade socioeducativa onde o jovem cumpre a medida;**

SEGURANÇA CIDADÃ

pela desmilitarização da cidade

Há muito tempo que, em nome do já envelhecido discurso da "ordem", o poder público municipal subordinou o debate sobre a garantia de direitos ao tema da segurança pública, ao mesmo tempo em que reduziu a política de segurança à questão policial e à matéria prisional. O objetivo é isentar a prefeitura de qualquer responsabilidade no que diz respeito às políticas de segurança pública. Contudo, ao contrário do que se costuma ler e ouvir, segurança não é nem sinônimo de polícia, nem de prisão. Segurança pública é o resultado da articulação de diversas políticas sociais visando a defesa, garantia e promoção da liberdade. Uma cidade cheia de prisões e repleto de policiais não é uma cidade segura, muito menos livre. Uma cidade livre é a que se organiza em torno de uma cultura de direitos. É por isso que, no lugar de defender a imposição da ordem, acreditamos na promoção da liberdade para construirmos juntos uma sociedade mais segura. Neste sentido, entendemos que a prefeitura tem muito o que contribuir para a segurança dos itabunenses.

A atual política de segurança pública do estado da Bahia está a serviço de um modelo de desenvolvimento que coloca o lucro acima da vida. Hoje o município é governado por um olhar militar que desenha "escolas de segurança" para garantir uma "educação de qualidade", conservar os bairros nobres e proteger os trechos escolhidos para investimentos. A já naturalizada doutrina da "tolerância zero" fundamenta, assim, uma lógica de "choque de ordem" na qual tanto a segurança militarizada das áreas ricas quanto a gestão policialesca da pobreza vizinha cumprem um papel decisivo no padrão de ocupação dos territórios.

Enquanto isso, as áreas da cidade que foram descartadas são entregues ao oportunismo mafioso, consolidando uma aliança governamental com um projeto político que se articula nas dobras do legal com o ilegal. Os jogos de poder que constituem essas faixas cinzentas, onde o oficial, o oficioso e o clandestino se confundem, dirigem a dinâmica da política grapiúna. E assim, entre acertos negociados, troca de favores, jogos de alianças, esquemas de "arrego", relações de clientelismo, mercados de proteção, práticas de extorsão e disputas raios, Itabuna vai sendo moldada para a reordenação das prioridades do lucro, em detrimento da democracia.

Para transformar esse cenário é preciso ter a coragem de promover uma mudança de olhar. Queremos ampliar a participação popular nas decisões que envolvam a segurança dos bairros, promover a desmilitarização da Guarda Municipal e estimular o uso dos espaços públicos realizando reformas para garantir a ampliação da iluminação, a retirada das grades das praças e o aprimoramento da acessibilidade das vias urbanas.

Prioridades e compromissos:

- ☼ **Implementar um novo modelo municipal de segurança cidadã mediante a reformulação dos planos de ação e a reordenação das prioridades estratégicas,** com o foco na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;

- ☼ **Ampliar a participação popular nas decisões que envolvam a segurança dos bairros, através da criação do Conselho Municipal de Segurança Cidadã (CMSC)**, que terá funções consultivas e deliberativas, de articulação, informação e cooperação entre todas as entidades que possam intervir ou se envolver na prevenção e na melhoria da segurança da população itabunense;

☼ **Elaborar, em conjunto com o Conselho Municipal de Segurança Cidadã, um Plano Municipal de Segurança Cidadã**, que deverá contemplar a delimitação de prioridades e a tomada de decisões sobre alternativas, além de estabelecer metas de impacto a curto, médio e longo prazos;

☼ **Investir no aperfeiçoamento da produção de dados sobre conflitos urbanos, com a organização, integração e sistematização dos bancos de dados da Prefeitura**;

☼ **Elaborar um plano, junto com os conselhos de moradores de cada zona , para estimular o uso dos espaços públicos** realizando reformas nas ruas, calçadas, praças e parques para garantir a ampliação da iluminação pública, a retirada das grades e o aprimoramento da acessibilidade, dando início a esse processo nos bairros e favelas que historicamente tiveram menos acesso a tais serviços públicos;

☼ **Promover a desmilitarização e a reestruturação da Guarda Municipal como órgão público**, com servidores estatutários, voltado para o controle do tráfego, a vigilância dos próprios municipais e o apoio à fiscalização e controle urbano por parte das demais secretarias;

☼ **Organizar um controle externo efetivo da Guarda Municipal**, com o uvidorias independentes e corregedorias independentes, administrativamente desvinculadas da SESTTRAN

☼ **Garantir um programa de assistência social e acompanhamento psicológico para os servidores da Guarda Municipal**;

☼ **Promover a reestruturação das técnicas de treinamento da Guarda Municipal** de acordo com uma formação democrática fundamentada na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;

☼ **Valorizar os servidores da Guarda Municipal**, garantindo um plano de cargos e salário digno, melhores condições de trabalho e o fim da diferenciação salarial dos servidores segundo grupos para operações e unidades especiais;

☼ **Regulamentar (mediante um ato normativo) o uso da força por agentes da Guarda Municipal**, proibindo o uso de técnicas, equipamentos, armas e munições que provoquem risco injustificado (especialmente quando se trata do uso de armamento menos letal, como balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta);

☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para criar, em conjunto com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil/BA, o Conselho Regional de Psicologia e o Conselho Regional de Serviço Social, centros de mediação de conflitos** voltados para a

elaboração de métodos coletivos de soluções não penais para a resolução dos conflitos urbanos em todas as zonas da cidade;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para criar, em parceria com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Conselho Estadual de Juventude (COJUEBA), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), a Ordem dos Advogados do Brasil/BA, o Conselho Regional de Psicologia e o Conselho Regional de Serviço Social, programas que gerem oportunidades que permitam ao jovem envolvido em atividades ilícitas uma nova alternativa de vida**, garantindo serviços de assistência social e psicológica para as famílias, bem como cursos profissionalizantes, além de programas de emprego e renda para os participantes;

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para implementar programas de prevenção primária para a juventude e suas famílias** em conjunto com as demais secretarias (programas de acesso a atividades culturais e esportivas, educação e qualificação profissional, geração de trabalho, emprego e renda, saúde, etc);

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para investir em programas de prevenção da exploração sexual infantojuvenil**, trabalhando em parceria com os municípios do estado;

- **Transformar a Guarda Cívil Municipal em um Autarquia Municipal.**

LAZER

democratizar o espaço público

Na última década, inspirada em conceitos derivados do fundamentalismo de mercado e técnicas oriundas da gestão empresarial, a prefeitura passou a ser administrada como uma empresa (em concorrência com outras prefeituras) e a cidade foi transformada em mercadoria (a ser vendida em um mercado competitivo). O planejamento da cidade, que deveria defender o interesse público dos seus cidadãos, passou a ser inteiramente orientado para e pelo mercado.

A transformação da cidade em uma arena de oportunidades de negócio reduziu as possibilidades de lazer dos itabunenses. A cada dia que passa a pluralidade das ruas e o vigor das praças, que sempre marcaram a história de Itabuna, vem sendo substituídas pela rotina tediosa do shopping center e dos condomínios fechados. Ao mesmo tempo, a privatização do espaço público converteu a paisagem da cidade em um enorme outdoor.

Queremos uma Itabuna criativa, divertida e alegre que ofereça ao itabunenses diversas possibilidades de lazer. O direito ao lazer precisa ser reconhecido como um elemento fundamental para a garantia do direito à cidade. E a gestão democrática do espaço público deve ser compreendida como uma tarefa decisiva para o pleno desenvolvimento da cidadania. Uma cidade que promove o lazer é, acima de tudo, uma cidade feliz e saudável.

Prioridades e compromissos:

- ☼ **Criar o Conselho Municipal de Lazer**, dando-lhes estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de lazer;

- ☼ **Instituir um Plano Municipal de Lazer**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

- ☼ **Elaborar um plano, junto com os conselhos de moradores de cada zona da cidade, para estimular o uso dos espaços públicos em todos as regiões da cidade**;

- ☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que tenha como objetivo ampliar as áreas de lazer e descanso na cidade**, reconhecendo a importância de praças, e a criação de um Parque municipal, recuperando os espaços públicos perdidos nos últimos anos e abrindo novas áreas nos bairros mais carentes desses equipamentos urbanos, aproveitando as garagens, quadras, armazéns e terrenos baldios da prefeitura que estão abandonados, desconfigurados ou subutilizados;

- ☼ **Realizar audiências públicas para deliberar com a sociedade civil os modelos de permissão que devem ser utilizados para desburocratizar as autorizações de uso do espaço público**;

- ☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de banheiros e bebedouros públicos nas praças e parques urbanos da cidade;**

- ☼ **Priorizar pedestres e ciclistas nas políticas de mobilidade urbana;**

- ☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um programa de reforma e adaptação das calçadas, praças, parques, veículos de transporte coletivo, prédios públicos e equipamentos urbanos da prefeitura para garantir o direito de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida (sejam idosos ou portadores de deficiências);**

- ☼ **Implantar linhas de ônibus específicas para a articulação dos bairros com as áreas públicas de lazer da cidade**.

- ☼ **Planejar, junto com os conselhos de moradores de cada região administrativa, o fechamento de vias urbanas em diferentes bairros da cidade para promover o lazer nos finais de semana em todas as regiões do município;**

ESPORTE

saúde, cultura e paixão

No atual governo, o poder público municipal extinguiu a Secretaria Municipal de Esportes, mostrando que esta ferramenta não é relevante para nosso munícipio, o bandono total da Vila olímpica, do Estádio de Futebol e de quase todas quadras foram simplesmente retiradas do convívio dos atletas é visível em nossa cidade o descredito deste governo e dos outros que passam por Itabuna noa últimos 30 anos. Portanto, o poder público municipal busca não somente destruir os aparelhoss esportivos de Itabuna, como também mercantilizar os direitos sociais como criminalizar as críticas e aumentar os conflitos urbanos.

Nesse cenário, o esporte foi entregue ao abandono. Estádio foi fechado sem nenhum critério, apenas para garantir novos contratos de construção civil em reformas desnecessárias. Os poucos equipamentos públicos que funcionam estão decadentes. As políticas voltadas para o esporte estão descoladas da política de educação. E não existem programas comunitários de esporte orientados para a garantia do lazer dos mais jovens e para a promoção da saúde dos mais idosos. No nível do esporte amador, a situação também é dramática. Nossos atletas não tem sequer onde treinar, pois as duas piscinas da cidade, assim como a vila olímpica estão fechadas sem nenhum aviso.

Vivemos, portanto, um processo de abandono do esporte que precisa ser enfrentado. Defendemos políticas na área de esporte que promovam a saúde, a cultura e a paixão. Esporte é mais do que uma manifestação cultural, é um direito fundamental.

Prioridades e compromissos:

- ☼ **Criar o Conselho Municipal de Esporte**, dando-lhes estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de esporte;

- ☼ **Instituir um Plano Municipal de Esporte**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

- ☼ **Realizar um levantamento dos equipamentos (bicicletas públicas, academia de terceira idade, etc.) e quadras esportivas existentes na cidade para medir a influência sobre os diferentes territórios** e desenvolver, junto com o Conselho Municipal de Esporte, políticas de recuperação e manutenção da rede existente, bem como de construção de novos equipamentos e quadras em regiões que ainda não foram beneficiadas;

- ☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um programa voltado para a construção (ou reforma) de quadras poliesportivas nas escolas da rede municipal de educação**;

- ☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um programa de incentivo e fomento que promova a revitalização das escolinhas de futebol e de outros esportes nos bairros**;

- ☼ **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para investir na ampliação de projetos sociais ligados ao esporte;**

- ☼ **Estabelecer um calendário municipal de competições esportivas nas diversas modalidades**, definindo uma estratégia de fortalecimento dos esportes amadores e do esporte de alto rendimento, integrando os clubes e as escolas da cidade e o retorno imediato do Jogos Estudantis de Itabuna;

- ☼ **Garantir o respeito do direito ao trabalho de comerciantes, ambulantes e camelôs no entorno dos complexos esportivos em dias de eventos.**

- ☼ **Recriar a Secretaria Municipal de Esportes via Reforma Administrativa.**

Itabuna-Bahia, 25 de agosto de 2020

JOSÉ ADEMAQUES DOS SANTOS- PREFEITO

JACIRO JOSÉ DE SALES FILHO- VICE PREFEITO

▪